

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

CYNTIA CHAVES DE CARVALHO GOMES CARDOSO

**A MEMÓRIA CIRCUNSCRITA: ADOÇÃO E USO DOS CONCEITOS DE
MEMÓRIA NAS DISSERTAÇÕES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA –
PPGCI/UFPB**

**João Pessoa
2015**

CYNTIA CHAVES DE CARVALHO GOMES CARDOSO

**A MEMÓRIA CIRCUNSCRITA: ADOÇÃO E USO DOS CONCEITOS DE
MEMÓRIA NAS DISSERTAÇÕES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA –
PPGCI/UFPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves

**João Pessoa
2015**

020
C268m

Cardoso, Cyntia Chaves de Carvalho Gomes.

A memória circunscrita: adoção e uso dos conceitos de memória nas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba – PPGCI/UFPB.
92f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves.

1. Memória. 2. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. 3. Universidade Federal da Paraíba. 4. PPGCI/UFPB. I. Alves, Edvaldo Carvalho. II. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDD: 020

**A MEMÓRIA CIRCUNSCRITA: ADOÇÃO E USO DOS CONCEITOS DE
MEMÓRIA NAS DISSERTAÇÕES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA –
PPGCI/UEPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: ____/ ____/ ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves – UFPB/PPGCI
Orientador

Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal F. de Oliveira
Membro examinador interno

Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa
Membro examinador externo

Profa. Dra. Izabel França de Lima
Suplente interno

Profa. Dra. Gisele Rocha Cortês
Suplente externo

Ao meu amor, Rafael, e ao meu filho Heitor.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a paciência e colaboração do meu estimado professor e orientador, Dr. Edvaldo Carvalho Alves, sem o qual não seria possível realizar este sonho.

Ao meu marido, Rafael Bezerra Cardoso, que nunca me negou apoio e, com paciência, dedicação e amor, cuidou de nosso amado filho, Heitor de Carvalho Cardoso, então bebê, para possibilitar minha estada em João Pessoa durante as aulas.

À minha família, que tanto me ajudou, afetiva e financeiramente, nas pessoas dos meus pais, Edey Chaves de Carvalho Gomes e José Roberto de Carvalho Gomes, e dos meus sogros, Maria Ismênia Bezerra Cardoso e Paulo Cardoso da Silva, que também tenho como pais. O apoio deles foi primordial e irrestrito.

Aos meus irmãos, Alice Chaves de Carvalho Gomes e Felipe Chaves de Carvalho Gomes, tão queridos e sempre solidários a mim.

A Pedro Paulo Teófilo, que me acolheu e tanto me ajudou durante minha permanência em João Pessoa.

À Universidade Federal da Paraíba, instituição que me acolheu como se paraibana eu fosse, nunca fazendo distinção entre nenhum dos colegas.

À Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, então Coordenadora do PPGCI/UFPB, pela forma carinhosa e acolhedora com a qual sempre me tratou, fazendo com que me sentisse especial.

Ao Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa, que gentilmente aceitou o convite para compor a Banca.

Ao querido amigo Hamilton Rodrigues Tabosa, que me ajudou desde a seleção do mestrado. Sem sua ajuda certamente eu não teria conseguido.

À querida Juliana Buse de Oliveira, grande incentivadora dessa ousada empreitada e colaboradora presente, ajudando-me sempre.

À querida Gabriela Belmont de Farias, que revisou meu projeto para a seleção e me ajudou com suas preciosas sugestões.

Ao professor Luiz Tadeu Feitosa, então Chefe de Departamento do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, que me ajudou enquanto professora substituta do curso, dando-me todo o apoio necessário para participar da seleção do mestrado da UFPB.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela Bolsa de estudos, que muito contribuiu para os custeios necessários nesse período.

Aos funcionários da Coordenação do PPGCI, Elton Bruno Barbosa Pinheiro e Franklin Duarte Kobayashi, pela atenção e disponibilidade, sempre que foi preciso.

Aos colegas de turma, pela companhia e amizade.

“A memória é o único instrumento pelo qual nós podemos juntar duas ideias e duas palavras’, ou seja, escapar ao império da imediatez”.

Joël Candau (2005)

RESUMO

Um dos temas de interesse de estudo da Ciência da Informação é a memória, que constitui elemento de pesquisa em alguns cursos de pós-graduação do Brasil, a exemplo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba – PPGCI/UFPB, com área de concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e duas linhas de pesquisa: Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação e Ética, Gestão e Políticas de Informação. A partir da percepção sobre a necessidade de se construir um conceito próprio de memória no âmbito da Ciência da Informação, e após a leitura do artigo intitulado “As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica”, de autoria de Eliane Braga Oliveira e Georgete Medleg Rodrigues, suscitou-se a ideia de pesquisar o conceito de memória na Ciência da Informação. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é apreender como vem sendo apropriado e utilizado o conceito de memória adotado nas dissertações do PPGCI/UFPB, a partir da análise dos referidos trabalhos acadêmicos. Os objetivos específicos são: mapear as dissertações defendidas no PPGCI/UFPB que se utilizam do conceito de memória, localizar os conceitos de memória encontrados nas dissertações da linha de pesquisa Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação, reconhecer os conceitos de memória utilizados nas dissertações da referida linha de pesquisa e identificar os referenciais teóricos de memória usados nas dissertações. Para viabilizar este estudo, no que diz respeito ao percurso metodológico, a pesquisa, de caráter documental, teve natureza descritiva quanto aos objetivos. A abordagem foi qualitativa e as fontes de informação utilizadas foram as dissertações do PPGCI/UFPB, defendidas entre 2009 e 2014. O campo empírico escolhido foi o PPGCI/UFPB e as dissertações constituíram o *corpus* da pesquisa. Após a realização deste estudo, das 26 (vinte e seis) dissertações analisadas, foi possível perceber a predominância dos sentidos sócio antropológico e histórico em estudos relacionados à memória, sobretudo pela reincidência da citação de alguns nomes como Pierre Nora, Jacques Le Goff e Azevedo Netto, professor do PPGCI/UFPB, que foi o autor mais citado nos trabalhos. Embora o objetivo desta pesquisa não tenha sido sugerir um conceito próprio, oriundo da própria CI, espera-se, de alguma forma, poder contribuir para a construção de uma Ciência da Informação mais consistente, no sentido de que os dados apresentados possam suscitar novas discussões que deles se beneficiem.

PALAVRAS-CHAVE: Produção científica. Memória - Conceito. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba.

ABSTRACT

One of the themes of study interest of Information Science is the memory, that constitutes the element of research in some graduate courses in Brazil, such as the Graduate Program in Information Science at the Federal University of Paraíba – PPGCI/UFPB, with concentration in Information, Knowledge and Society and two research lines: Memory, Organization, Access and Use of Information and Ethics, Management and Information Policy. From the perception of the need to build a memory very own concept of Information Science, and after reading the article entitled "The memory concepts in Information Science in Brazil: preliminary study on the theme of occurrence in the scientific production", authored by Eliane Oliveira Braga and Georgete Medleg Rodrigues, raised up the idea of researching the concept of memory in Information Science. Thus, the main objective of this research is to apprehend how it has been appropriated and used the concept of memory adopted in the dissertations of PPGCI/UFPB, from the analysis of these academic works. The specific objectives are: to map the dissertations in PPGCI/UFPB that use the concept of memory, locate the memory concepts found in the dissertations of the research line Memory, Organization, Access and Use of Information, recognize the concepts of memory used in the dissertations of that line of research and identify the theoretical frameworks of memory used in dissertations. To make possible this study, with regard to the methodological approach, research, document character, was descriptive regarding the objectives. Information sources used were the dissertations of PPGCI/UFPB, defended between 2009 and 2014. The approach was qualitative and the information sources used was the dissertations of the PPGCI/UFPB, defended between 2009 and 2014. The chosen empirical field was PPGCI/UFPB and dissertations constituted the corpus of the research. After this realized study, the 26 (twenty six) dissertations analyzed, it was revealed the predominance of socio-anthropological and historical senses in studies related to memory, especially by repeated citation of some names as Pierre Nora, Jacques Le Goff and Azevedo Netto, Professor's PPGCI/UFPB, which was the most cited author in the works. Although the objective of this research wasn't to suggest its own concept, based on Information Science, it hopes, somehow, to contribute to the construction of the Information Science with more consistent, in the sense that the data presented may raise new discussions that they can benefit from it.

KEYWORDS: Scientific production. Memory - Concept. Graduate Program in Information Science. Federal University of Paraíba.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de canais de comunicação científica	24
Quadro 2 – Linhas de pesquisa por PPGCI das universidades públicas brasileiras	34
Quadro 3 – Correntes filosóficas de pensamento relativas à memória	43
Quadro 4 – Divisão da Antropologia	54
Quadro 5 – Dissertações de 2009 que abordam a temática memória	62
Quadro 6 – Dissertações de 2010 que abordam a temática memória	62
Quadro 7 – Dissertações de 2011 que abordam a temática memória	62
Quadro 8 – Dissertações de 2012 que abordam a temática memória	63
Quadro 9 – Dissertações de 2013 que abordam a temática memória	63
Quadro 10 – Dissertações de 2014 que abordam a temática memória	63
Quadro 11 – Relação entre sentido, conceito de memória e autores que estudam o tema	65
Quadro 12 – Análise das dissertações do PPGCI/UFPB	68
Quadro 13 - Paralelo entre dissertações defendidas por linha e por tema	82
Quadro 14 – Autores citados nas dissertações	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dissertações com temática relacionada à memória	82
Gráfico 2 - Paralelo entre dissertações defendidas por linha e por tema	83
Gráfico 3 – Incidência de citação por autor	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA	21
2.1 TIPOS DE TRABALHOS ACADÊMICOS E CANAIS DE COMUNICAÇÃO	23
2.2 ENCONTROS CIENTÍFICOS	25
2.3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	26
2.4 PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL	30
2.4.1 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB)	32
3 OS SENTIDOS DA MEMÓRIA	36
3.1 MEMÓRIA NO SENTIDO FILOSÓFICO	38
3.2 MEMÓRIA NO SENTIDO HISTÓRICO	44
3.3 MEMÓRIA NO SENTIDO SÓCIO ANTROPOLÓGICO	52
4 OS ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA NO PPGCI/UFPB	61
4.1 AS DISSERTAÇÕES SOBRE MEMÓRIA NO PPGCI/UFPB	61
4.2 OS SENTIDOS DO CONCEITO DE MEMÓRIA NAS DISSERTAÇÕES DO PPGCI/UFPB	67
4.3 REFERENCIAIS TEÓRICOS PRESENTES NAS DISSERTAÇÕES	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

O ser humano, desde os tempos mais remotos do convívio em sociedade, percebeu a importância de preservar suas aprendizagens para conhecimento pelas gerações seguintes. Compartilhar experiências, sobretudo nas primeiras civilizações, configurou-se na sobrevivência da própria espécie humana, que logo entendeu quão efêmero é o saber quando restrito a um indivíduo ou a um pequeno grupo. Quando não compartilhado, o conhecimento facilmente se oblitera, impossibilitando a formação de novas deduções advindas de ideias originárias.

Percebeu-se que, para facilitar a disseminação dessas descobertas entre os demais, poderiam ser criados mecanismos de registro do conhecimento, de forma a preservá-lo, sobretudo para as gerações vindouras. “As limitações da memória humana levaram o homem a buscar em recursos externos, as chamadas memórias artificiais, a compensação para o esquecimento” (OLIVEIRA, E., 2010).

Desse modo, fazendo uso dos artifícios de que dispunha à época, o homem deixou registrado nas cavernas, nas pedras e na argila algumas de suas impressões do mundo, a fim de preservá-las e de permitir que outras gerações pudessem ter contato com aquelas informações, tão importantes para a sobrevivência dos demais.

[...] são provavelmente as expressões originais de uma preocupação propriamente humana: inscrever, assinar, parafrasear, resumir, “fazer memória”, quer se trate de uma memória explícita (objetos, animais) ou de uma memória mais complexa mas também de concentração semântica mais forte, a das formas, das abstrações, dos símbolos [...]. (CANDAU, 2005, p. 68)

Naturalmente, tais inscrições não são dotadas somente de informações, embora estas sejam de indiscutível importância histórica. Sua fixação, acima de tudo, configura-se em registro memorial, onde é possível verificar, após milênios, de que maneira vivia o homem, que hábitos cultivava e quais eram seus ritos de sobrevivência.

Para Chauí (2000, p. 158), “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais [...]”. A autora esclarece que a memória é “[...] uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança”. (p. 128). Já para Le Goff (1990, p. 366), “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a

um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

A dialética de trazer ao presente um fato pretérito fortalece a competência memorial e, além disso, consolida o entendimento de que tal fenômeno não se fixa a algo exclusivamente biológico, uma vez que, se assim fosse, não poderia o homem selecionar suas evocações nem muito menos esquecê-las.

Candau (2005, p. 20) ressalta que “Recordações são processos biológicos”. Contudo, ainda assim, tais recursos orgânicos, em termos práticos, servem a uma sociedade que, a partir da construção memorial individual - que interfere e advém diretamente *na* e *da* memória coletiva -, tem-se uma preocupação maior, que é de preservação do conhecimento então construído, a fim de auxiliar as gerações seguintes a evoluírem no mesmo passo.

A construção memorial, que se iniciou com as pinturas rupestres, as inscrições em argila, os registros em papiro e nos pergaminhos etc., chegando às publicações científicas e ao acesso à internet que hoje se vê, gerou, nesse longo período histórico, um grande acúmulo documental, de proporções gigantescas.

Tais documentos tiveram o propósito de conservar o conhecimento científico, permitindo, assim, seu aprimoramento futuro, por meio de novas pesquisas. O documento, portanto, mais precisamente o controle do volume documental (cujo objetivo é o de facilitar o acesso aos registros), representa uma forma de preservação do conhecimento tanto por meio daqueles que com ele tem contato, uma vez que os conteúdos apreendidos farão parte de sua memória de aprendizagens, como a permanência do documento em si, materializado, que, dependendo da importância a ele atribuída, perpetua-se no tempo, permitindo ser conhecido pelas gerações seguintes.

Os registros de memória resultam do amparo aos arquivos de quaisquer ordens, em uma construção histórica do próprio homem e de suas descobertas. Essa memória passou a fazer parte de sua vida a partir do convívio em sociedade, sobretudo pela preocupação em passar aos demais os descobrimentos então revelados, amplificando os já existentes e concedendo, com eles, novas possibilidades. Sem os registros nos suportes, os conhecimentos seriam perdidos pelo tempo e morreriam junto aos seus descobridores. No entender de Candau (2012, p. 107):

Mesmo que as capacidades memoriais estritamente humanas sejam consideráveis, o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões da memória.

Progressivamente, essa exteriorização da memória vai permitir a transmissão memorial. Desde as origens, ela traduz a vontade de “produzir traços” com o objetivo de compartilhar sinais transmitidos. De fato, as gravuras pré-históricas [...] ou proto-históricas [...] são provavelmente a primeira expressão de uma preocupação propriamente humana: inscrever, deixar traços, assinar, deixar suas iniciais, “fazer memória”, quer se trate de uma memória explícita (objetos, animais) ou de uma memória mais complexa e de mais intensa concentração semântica, aquela das formas, das abstrações, dos símbolos [...].

Em resumo, a memória se configura em uma construção desenvolvida com o passar do tempo, permitindo que os sujeitos que compõem o grupo vejam nela o entendimento e a visão que têm sobre si mesmos e possibilite o avanço de novas descobertas, além de diminuir o risco de incorrer nos mesmos erros cometidos pelas gerações anteriores.

Existem várias formas de abordar a temática da memória. No entender de Le Goff (1990, p. 366), ela “[...] surge nas ciências humanas (fundamentalmente na história e na antropologia) [...]”. Ainda de acordo com o autor, a memória pode ser estudada sob vários aspectos, tais como o psicológico e o biológico que, embora não interessem ao escopo deste trabalho, devem ser mencionados.

Com o mesmo pensamento seguem Oliveira e Rodrigues (2009, p. 217) ao afirmarem que, “[...] Enquanto objeto de estudo, a memória pode ser abordada pela Neurociência, pela Filosofia, pela Psicologia, pela Educação ou pela História, dentre outras possibilidades, conforme o aspecto que se quer estudar”.

Nesta pesquisa, o enfoque que se pretende apresentar está vinculado à memória nas Ciências Sociais Aplicadas, mais precisamente a uma construção no seio da Ciência da Informação, que tem interesse nesse tema de pesquisa.

Oliveira e Rodrigues (2009) apontam os resultados de um estudo preliminar acerca da ocorrência do tema “memória” no Brasil. A pesquisa foi realizada por meio de análise de periódicos científicos e do estudo de teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) no País. O estudo das autoras suscitou a ideia de desenvolver uma dissertação com proposta similar, qual seja, analisar de que maneira o conceito de memória é utilizado por um determinado grupo de pessoas, a ser especificado mais adiante.

Na pesquisa, as autoras utilizam documentos que contemplam o tema “memória”, partindo da hipótese de que se trata de assunto periférico quando comparado a outros estudos desenvolvidos na Ciência da Informação. Esse levantamento (quantitativo) possibilitou a

percepção de um número então inexpressivo de teses, dissertações e artigos de periódicos que abordem tal temática.

Contudo, ainda que inicialmente inexpressivos os resultados quanto a pesquisas relacionadas à temática da memória, as autoras ressaltam que, “Em que pese a pouca expressão do tema explicitada pelos resultados, *a tendência é de crescimento [...]*” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2009, p. 235. Grifo nosso).

Assim, os resultados então demonstrados no artigo, datados de cerca de cinco anos atrás, vem sofrendo mudanças significativas. Em outras palavras, no que concerne à memória como tema escolhido para pesquisa, essa ocorrência vem sendo intensificada por determinados grupos de estudo de alguns pesquisadores da Ciência da Informação (CI).

Atualmente essa temática se encontra em ascensão, tendo se fortalecido como objeto de estudo na CI, justamente por compor algumas linhas de pesquisa em programas brasileiros de pós-graduação em CI. Isso acontece de forma direta – quando o termo “memória” aparece *ipsis litteris* na linha de pesquisa - ou indireta – quando é possível relacioná-lo a temas correlatos e mais abrangentes, tais como patrimônio histórico, por exemplo.

É possível verificar essa realidade ao avaliar as linhas de pesquisa de alguns dos PPGCI brasileiros, a exemplo do curso da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, que possui uma linha denominada Memória e Informação Científica e Tecnológica, e do curso da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que contempla a temática da Museologia e do Patrimônio na linha de Gestão da Informação e do Conhecimento. Vale citar, ainda, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, berço desta pesquisa, que possui uma linha de pesquisa denominada Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação.

Além dos cursos de pós-graduação em CI, foi criado, em 2010, o GT-10, um dos Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ANCIB, que desenvolve “Estudos sobre a relação entre os campos de conhecimento da Ciência da Informação e da Memória Social [...]” (ANCIB, 2014), totalizando uma considerável produção científica nessa área, que se mantém constante desde a concepção do GT até os dias atuais.

Dito isso, é possível, então, apresentar o tema desta pesquisa. A leitura do artigo de Oliveira e Rodrigues (2009) suscitou o interesse em pesquisar os conceitos de memória apresentados nos trabalhos defendidos no PPGCI/UFPB, em nível de mestrado, entre os anos de 2009 e 2014, mais precisamente aqueles advindos de uma das linhas do referido Programa, que é a linha de Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação. Pontuar de que maneira o conceito de memória é retratado por um grupo específico de discentes, a saber, o corpo de

mestrandos do PPGCI/UFPB, permitirá a essa instituição verificar uma tendência científico-comportamental específica, fortalecendo a identidade da CI como campo de estudo e viabilizando uma visão mais ampla sobre a congruência e a relevância com a qual a memória é considerada na linha que nomeia. Para González de Gómez (2003, p. 32), “A Pós-Graduação pode caracterizar-se por uma dupla estrutura de fins: a formação de competências muito complexas e específicas e a participação na produção de conhecimentos científicos”. Esses conhecimentos científicos resultam de uma construção metodológica e teórica que, com o avançar das pesquisas, vão se consolidando.

A pesquisa se justifica, portanto, pela observação de como a memória vem sendo compreendida e trabalhada pelos discentes do PPGCI/UFPB em suas pesquisas. Essa resposta propiciará uma clareza sobre a evolução das pesquisas dedicadas ao tema, bem como permitirá oferecer um embasamento geral sobre ele aos futuros mestrandos do Programa.

Assim, apresentado o tema de pesquisa, parte-se para a problemática deste estudo, que visa responder à seguinte indagação: como o conceito de memória vem sendo usado nas pesquisas desenvolvidas em nível de mestrado pelo PPGCI/UFPB?

A tentativa de responder a essa pergunta justifica a relevância do trabalho, no momento em que reflete a própria identificação e o fortalecimento da CI, uma vez que, conforme ressaltado anteriormente, a memória está incluída como um dos temas de interesse de suas pesquisas.

O objetivo geral deste estudo é apreender como vem sendo apropriado e utilizado o conceito de memória adotado nas dissertações do PPGCI/UFPB.

Os objetivos específicos são:

1. Mapear as dissertações defendidas no PPGCI/UFPB que se utilizam do conceito de memória, no período compreendido entre 2009 e 2014.
2. Reconhecer os conceitos de memória utilizados nas dissertações da linha de pesquisa Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação.
3. Identificar os referenciais teóricos de memória usados nas dissertações.

Do ponto de vista operacional, este trabalho está estruturado em cinco capítulos, onde o primeiro e o último são a introdução e as considerações finais, respectivamente. O segundo capítulo será dedicado a contextualizar os tipos de trabalhos acadêmicos e os canais de comunicação científica. Considerando a diversidade de trabalhos acadêmicos bem como de veículos para realizar a comunicação científica, essa referência se faz importante para

delimitar os tipos empregados nas fontes que serão utilizadas para o desenvolvimento desta dissertação.

O terceiro capítulo trará um aprofundamento quanto aos sentidos da memória, que será trabalhada em três abordagens: histórica, filosófica e antropológica. O sentido da memória que aqui interessa é aquele que diz respeito aos processos sociais que envolvem, sempre, relações de poder/dominação que determinam o quê e como serão registrados os acontecimentos, ou seja, o caráter eminentemente social da memória. No quarto e último capítulo serão expostos, um a um, os objetivos específicos, mais precisamente os resultados obtidos em cada um deles.

Para viabilizar a concretização de tais objetivos, é indispensável determinar condições metodológicas específicas, no sentido de possibilitar o percurso entre as ideias iniciais e a conclusão da pesquisa.

É sabido que as pesquisas avançam a partir de interesses suscitados por investigações anteriormente desenvolvidas. A metodologia se configura em uma trajetória que possibilita estreitar a relação entre a indagação primeira, que motivou a pesquisa, e as respostas então reveladas. Minayo (2009, p. 14) entende metodologia como sendo “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” e por pesquisa “[...] a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade” (p. 16).

A metodologia é o caminho ordenado da pesquisa na busca da captação de determinada realidade. É também a forma como o pesquisador estrutura seus pensamentos no sentido de melhor detectar e compreender os fenômenos observados. Atuar metodologicamente significa fazer uso de instrumentos e suas respectivas técnicas, e utilizar uma abordagem teórica a ser aplicada na pesquisa.

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia. (DEMO, 1985, p. 19)

Inicialmente, é indispensável se definir o tipo de pesquisa quanto aos seus objetivos. Neste caso específico, trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, uma vez que descreveu “[...] características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] Assume, em geral, a forma de Levantamento” (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 28).

Segundo Danhke (1989) *apud* Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 101):

Os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta à análise (Danhke, 1989). Eles medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado. Do ponto de vista científico, descrever é coletar dados (para os pesquisadores quantitativos, medir; para os qualitativos, coletar informações). Isto é, *em um estudo descritivo seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informação sobre cada uma delas, para assim (vale a redundância) descrever o que se pesquisa.* (Grifo dos autores).

As fontes de informação utilizadas nesta pesquisa foram as dissertações da linha de Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação do PPGCI/UFPB, defendidas entre os anos de 2009 a 2014, caracterizando-a, portanto, como documental. A abordagem da pesquisa, no que diz respeito à natureza, foi qualitativa.

Segundo Alves e Aquino (2012, p. 81):

No campo da pesquisa social, a pesquisa qualitativa pode ser entendida como uma práxis que visa à compreensão, à interpretação e à explicação de um conjunto delimitado de acontecimentos que é a resultante de múltiplas interações, dialeticamente consensuais e conflitivas, dos indivíduos, ou seja, os fenômenos sociais.

No âmbito das Ciências Sociais, a pesquisa qualitativa costuma apresentar predominância sobre a abordagem quantitativa. Para Alves e Aquino (2012, p. 80), “[...] a pesquisa qualitativa situa-se numa extensa e adversa história nas disciplinas das Ciências Humanas”. Isso ocorre devido ao tipo de apreensão que se faz da realidade social, que é, por si só, carregada de subjetividade. “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado” (MINAYO, 2009, p. 21).

O campo empírico, conforme dito anteriormente, foi o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e o *corpus* da pesquisa compôs-se das dissertações defendidas no Programa entre 2009 e 2014.

Para atender ao primeiro objetivo específico, foram mapeadas as dissertações no repositório de teses e dissertações do PPGCI, sendo solicitadas na Coordenação do Programa aquelas que, por alguma razão, ainda não faziam parte do referido acervo. Além disso, as

dissertações foram selecionadas a partir da análise do resumo e de suas palavras-chave, desde que contivessem o termo *memória*.

As dissertações do PPGCI/UFPB foram também extraídas do acervo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB. Aplicou-se o filtro de busca por programas de pós-graduação e, em seguida, pelo grau, onde foi selecionado o nível de mestrado. Finalmente, o intervalo de tempo escolhido para a seleção dos trabalhos estudados foi de janeiro de 2009 a dezembro de 2014.

Após identificar as dissertações, conferimos a presença do termo “memória” no resumo e em suas respectivas palavras-chave. Esse critério foi determinado com base na ideia de que, para verificar como o conceito de memória foi trabalhado pelos discentes, seria indispensável averiguar a presença do referido termo em um desses campos da dissertação ou mesmo em ambos.

A partir da leitura das dissertações, foram categorizados os conceitos de memória então detectados. Em seguida, identificados os referenciais teóricos de memória então utilizados nos referidos trabalhos. Finalmente, para realizar a análise, lançamos mão do nosso referencial teórico, dos autores e seus conceitos que, interligados, constituíram a fundamentação teórica desta dissertação.

Foi possível depreender, portanto, que, para que a pesquisa se concretizasse, fez-se necessário aplicar um recorte da realidade, buscando extrair desse campo as respostas e/ou as possíveis soluções para a problemática.

A apresentação da metodologia aplicada durante a construção deste trabalho dissertativo suscitou algumas inquietações, que surgiram a partir da reflexão sobre a categorização dos conceitos de memória encontrados nas dissertações, que consistiu no segundo objetivo específico deste estudo.

A reflexão sobre a construção do objetivo geral, mais precisamente no que se relacionou ao verbo por ele proposto (analisar), suscitou algumas inquietações, cuja apresentação se faz indispensável. São elas: Quais foram os autores mais citados nas dissertações selecionadas? Qual a importância de cada um deles para o entendimento da memória no contexto da CI? Como essas ideias foram utilizadas pelos mestrandos?

Atualmente, com a existência de bases de dados específicas para fomentar, conforme necessário, múltiplas listagens de informações relativas às produções científicas, torna-se mais fácil realizar estudos específicos nesse modelo. Leta (2013, p. 27) esclarece que:

[...] Com a construção destas bases, o acesso e a recuperação das informações contidas na publicação científica passaram a ser feitos de forma mais rápida e automatizada e não mais de forma manual através de acesso direto aos arquivos das bibliotecas, o que impulsionou a pesquisa no campo.

Leta (2013, p. 27) ressalta, ainda, com base em dados bibliográficos obtidos via plataforma wikipedia (2011), que a criação dessas bases bibliográficas, “[...] que catalogam o conhecimento científico ou técnico, publicados em diferentes meios, vem ocorrendo em todas as áreas do conhecimento e hoje somam dezenas”. Essa realidade, propiciada pela tecnologia, facilita os processos de comunicação científica, uma vez que se torna mais acessível verificar as publicações existentes e suas bases referenciais, tema esse que será retomado a partir do próximo capítulo.

2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A dissertação foi o trabalho acadêmico que norteou este trabalho. Primeiro, por ser o veículo primordial para a coleta dos dados que foram buscados; segundo, porque ainda não havia outros como, por exemplo, teses do PPGCI/UFPB.

Contudo, antes de adentrarmos no capítulo teórico desta dissertação, que aborda alguns sentidos para a memória, consideramos importante desbravar o solo em que estamos pisando, no sentido de esmiuçar o ambiente onde trabalhamos, comentando sobre os tipos de trabalho acadêmico, a importância dos encontros científicos, um breve histórico sobre as instituições de ensino superior, até chegar ao PPGCI/UFPB.

As instituições de ensino superior representam o nascedouro das pesquisas, onde investigações dos mais diversos ramos do conhecimento são desenvolvidas, construindo, na rotina dos estudos então concebidos, uma ciência que jamais deixa de se modificar e de, direta ou indiretamente, transformar a comunidade que com ela se relaciona.

Fazer ciência significa observar determinado fenômeno à luz de um tema previamente escolhido pelo pesquisador. O saber se constrói através de interesses vários, sejam esses motivados para atender aos anseios de um particular ou para dedicar tais informações a uma comunidade.

O cientista elabora suas descobertas a partir das pesquisas que desenvolve. Os resultados desse investimento implicam em informações a serem validadas por um grupo de pessoas que, regra geral, encontram naquele assunto inquietações suficientemente grandes para aguçar seu interesse em estudos da mesma ordem.

Em outras palavras, o conhecimento científico, para ser referendado, carece da anuência dos grupos de estudiosos sobre o mesmo assunto. Significa dizer que, para que determinada pesquisa tenha força de ciência, deve estar ancorada em preceitos metodológicos então consagrados pela comunidade científica, bem como ter o conteúdo aprovado pelos pares.

Não há que se confundir, no entanto, metodologia com método. Metodologia é o estudo dos métodos, enquanto estes são um “[...] conjunto de técnicas utilizadas na atividade científica” (MELLO, 2009, p. 14). Recorrer a um processo metodológico, portanto, implica em determinar qual a técnica mais afinada ao tipo de pesquisa que se pretende desenvolver, ou seja, quais métodos devem ser escolhidos para tal.

Feito isso e sendo concluída a pesquisa, passa-se a um segundo momento, referente aos processos utilizados para disseminação e consolidação dessas descobertas, que se

fortalecem por meio da comunicação científica (que se dá pelos mais diversos veículos, incluindo-se hoje a internet), e dos eventos científicos, onde os pesquisadores se encontram para debater questões de interesse do grupo. Com a sua anuência é possível atribuir aos estudos o caráter de confiabilidade, indispensável para que seja, então, compartilhado com quaisquer outros interessados naquele conteúdo.

A confiabilidade é, portanto, uma das características mais importantes da ciência, pois a distingue do conhecimento popular, não científico. Para obter confiabilidade, além da utilização de uma rigorosa metodologia científica para a geração do conhecimento, é importante que os resultados obtidos pelas pesquisas de um cientista sejam divulgados e submetidos ao julgamento de outros cientistas, seus pares. (MUELLER, 2000, p. 21)

É mister ressaltar que existem vários tipos de conhecimento e que cada um deles tem seu valor. Diz Mello (2009, p. 12-13) que “[...] a ciência é apenas um tipo especial de conhecimento”, não sendo nem o único nem mesmo o mais extensivo. Contudo, em se tratando de construção científica, há que se considerar a metodologia, para alcançar o nível de confiabilidade então mencionado, o que torna esse conhecimento apto a ser aprimorado por outros pesquisadores e atestado pela comunidade, tanto a científica como as demais, que, de alguma forma, costumam ser beneficiados pela nova descoberta.

Mello (2009, p. 14) salienta que “[...] A ciência como atividade específica não existe para melhorar a vida do homem sobre a terra [...]”. Ainda assim, o autor observa que “[...] Isso não vem a significar que os resultados científicos não são aproveitados pelos homens ou que não devam ser aproveitados. Apenas significa que esta aplicação da ciência não compete ao cientista. Para isso existem os técnicos e profissionais”.

O autor desmistifica a ideia de ciência como detentora de forças suficientemente grandes para estabilizar e/ou melhorar a sociedade como um todo. A ciência, na verdade, é somente um dos tipos de conhecimento (dentre os vários existentes, tais como o empírico, por exemplo), que advém da aplicação de métodos científicos consolidados por um determinado grupo, com o fim de standardizar a aplicação dos testes escolhidos para tal, que, quando aplicados no mesmo cenário, então criado pelo pesquisador, devem apresentar os mesmos resultados.

De qualquer modo, não cabe à ciência, necessariamente, impor melhorias à sociedade. Sobre a relação entre a ciência e a tecnologia, Targino (2000, p. 1) afirma que:

[...] Na realidade, o homem comum convive diuturnamente com o binômio ciência e tecnologia (C&T) em casas bancárias, restaurantes, postos de gasolina, lojas, televisão, semáforos, laboratórios, consultórios médicos e odontológicos etc. Por outro lado, pensar sobre a relevância da ciência demanda reconhecer a importância da informação científica, do conhecimento científico, da comunidade científica, e, por conseguinte, da comunicação científica.

Sem embargo, vale ressaltar que a ciência, tal qual a conhecemos, ou seja, conduzida pela aplicação de métodos científicos para obtenção de determinados resultados, é provisória e constantemente modificada, aprimorada, desenvolvida. Nesse sentido, Targino (2000, p. 2) assevera que:

A ciência busca, essencialmente, desvendar e compreender a natureza e seus fenômenos, através de métodos sistemáticos e seguros. No entanto, face à dinamicidade intrínseca à própria natureza, seus resultados são sempre provisórios. Isto é, esses sistemas explicativos não têm caráter permanente.

A ciência é representada por meio das publicações acadêmicas, que variam conforme o nível de graduação. Dessa feita, na pós-graduação, em nível de mestrado, tem-se as dissertações e, em nível de doutorado, as teses. Ambos os trabalhos resultam da conclusão de um curso de pós-graduação, de onde se deve extrair algum achado, no sentido de contribuir para a comunidade acadêmica, participando, de alguma forma, dos avanços científicos.

2.1 TIPOS DE TRABALHOS ACADÊMICOS E CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Independente dos sujeitos que dão aplicabilidade às descobertas científicas, é indispensável que elas sejam disseminadas para conhecimento de todos e, para viabilizar o acesso aos novos descobrimentos científicos, é necessário trazê-los a público, seja por meio de ampla divulgação (através de publicações em livros e/ou periódicos especializados), pelos aparelhos midiáticos ou em encontros próprios para este fim.

A importância dos encontros científicos é incontestável, uma vez que se trata de um ambiente de discussão entre estudiosos de uma dada área do conhecimento sobre um determinado tema. Contudo, a comunicação científica não se dá somente por esse canal (a ser retomado mais adiante). As publicações científicas em periódicos e em livros concretizam os estudos e ampliam os debates sobre determinada temática.

Referidas descobertas geram produtos que variam de acordo com o “[...] formato (relatórios, trabalhos apresentados em congressos, palestras, artigos de periódicos, livros e

outros)”, bem como quanto ao “[...] suporte (papel, meio eletrônicos e outros) e função (informar, obter reações, registrar autoria, indicar e localizar documentos, entre outras)” (MUELLER, 2000, p. 22).

Além disso, vale ressaltar que tais produtos são obtidos e/ou aprimorados através dos canais de comunicação, denominados, conforme o veículo, de informais e formais. Os canais de comunicação informais são aqueles de ordem pessoal, onde o pesquisador não divulga amplamente seus estudos. Trata-se de uma comunicação interior, cuja disseminação só diz respeito ao pesquisador e a pessoas escolhidas por ele para compartilhar informações.

Os canais de comunicação formais, por sua vez, são aqueles que apresentam as informações descobertas em âmbito oficial, ou seja, no momento em que a pesquisa encontra algum repouso ou já se consolidou de alguma forma, passando a ser largamente divulgada para conhecimento daqueles que por ela dediquem interesse.

Mueller (2000, p. 22) esclarece que:

A produção da literatura de uma área científica envolve muitas e diferentes atividades de comunicação entre os pesquisadores, algumas das quais antecedem e outras se seguem a sua publicação. Conforme suas características, essas atividades costumam ser chamadas de comunicação informal ou comunicação formal. [...]

Ainda com base em Mueller (2000, p. 30), é possível apontar as características dos canais informais e dos canais formais de comunicação, conforme especificado no Quadro 1.

Quadro 1 – Tipos de canais de comunicação científica

Canais informais	Canais formais
Geralmente usados no início da pesquisa	Usados no final da pesquisa
Acesso limitado	Ampla acesso
O próprio pesquisador escolhe que canal utilizará	As informações são facilmente coletadas e armazenadas
A informação veiculada é recente e se destina a públicos restritos	As informações costumam ser mais trabalhadas
O pesquisador decide quem pode ter acesso à pesquisa	Quem escolhe o tipo de consulta é o destinatário e não mais o pesquisador
As informações normalmente são de difícil recuperação devido à limitação de acesso	Canais formais não permitem interação entre leitor e pesquisador

Fonte: Elaborado a partir de Mueller (2000)

Comunicar-se é uma necessidade intrínseca ao homem, que busca o próprio fortalecimento através dessa prática entre os seus. “[...] enquanto a informação é um produto,

uma substância, uma matéria, a comunicação é um ato, um mecanismo, é um processo de intermediação que permite o intercâmbio de idéias entre os indivíduos”. (TARGINO, 2000, p. 10).

Dessa feita, o avanço científico só se concretiza por meio do registro formal das descobertas empreendidas, do reconhecimento por parte dos outros pesquisadores e, finalmente, consolida-se através da disseminação perante toda a comunidade interessada.

2.2 ENCONTROS CIENTÍFICOS

Encontros científicos são um veículo de propagação de conteúdos de caráter científico à comunidade interessada, normalmente comporta por pesquisadores, estudiosos das mesmas temáticas e outras pessoas que, por algum motivo, afinam-se com aquelas informações. Sua finalidade é dar ampla divulgação às novidades que os cientistas tem a apresentar.

Os encontros científicos são, também, uma forma de comunicação científica, configurando-se em espaço de atuação e de encontro de cientistas, onde são abertos diversos canais de comunicação, dos mais elementares, tais como as “conversas de corredor”, até os mais formais, quando os estudos são apresentados perante toda a comunidade presente.

Existem vários tipos de encontros científicos, cuja denominação varia em função de sua abrangência e de seus objetivos. Alguns encontros voltam-se exclusivamente para a comunicação de pesquisas e reúnem uma audiência empenhada em discutir avanços de seu tempo de conhecimento, sendo, normalmente, organizados pelas associações científicas. Outros congregam participantes voltados para a prática profissional e são organizados pelas entidades profissionais [...]. (CAMPELLO, 2000, p. 59)

A relevância de um evento ou publicação varia conforme o ramo do conhecimento. As áreas mais efêmeras, tais como as tecnológicas, ancoram-se nos encontros científicos como tipo de comunicação científica, considerando-se esse o espaço ideal para estabelecer os acordos sobre as novas descobertas em tempo hábil, sem correr o risco de uma obsolescência editorial, companheira inoportuna de algumas publicações que se alongam a sair devido ao tempo que demandam entre a elaboração do conteúdo e a divulgação oficial em periódico reconhecido ou através de uma editora, quando se trata de livro.

Os eventos científicos são considerados meios mais informais e, com efeito, mais ágeis na transmissão e troca do conhecimento científico. Diferentemente dos meios convencionais de comunicação, tais como livros e periódicos, grande parte da informação é transferida oralmente, estimulando

o debate instantâneo dos especialistas interessados no tema. (ARBOIT, BUFREM, 2013, p. 89)

Regra geral, os encontros científicos geram anais, publicação onde são registrados os conteúdos apresentados no evento, seja antes, durante ou depois de sua ocorrência, “[...] reunindo o conjunto dos trabalhos apresentados e, às vezes, também as palestras e conferências que ocorreram durante o evento” (CAMPELLO, 2000, p. 64).

A preocupação em disseminar o conhecimento científico é bem anterior aos processos tecnológicos, que vêm facilitando sensivelmente esse tipo de compartilhamento, por extrapolar os limites geográficos e de fuso horário, sendo possível, através de e-mail ou por intermédio de grupos virtuais de discussão, por exemplo, levantar debates frutíferos para, posteriormente, publicar as respostas nos veículos formais.

Além disso, vale ressaltar que todo esse processo gera resultados efetivos, que surgem nas relações de comunicação científica indo até os encontros científicos; episódios esses que validam o estado-da-arte dentro do tema proposto para debate. Esses resultados se apresentam em forma de documentos das mais variadas ordens, que consolidam o conhecimento científico e abrem precedentes para novas pesquisas. Nesse contexto, entende-se por documento “[...] um objeto que fornece um dado ou uma informação. É o suporte material do saber e da memória da humanidade. [...]” (GUINCHAT; MENOUE, 1994, p. 41).

Existem várias maneiras de classificar um documento, a começar por suas características físicas, relacionadas, de uma forma mais geral, à matéria que o constitui, e intelectuais, que dizem respeito ao conteúdo nele embutido. Assim, documentos podem ser textuais, não-textuais, podem ser compostos por variados tipos de materiais, podem ser brutos, quando advindos da natureza, ou manufaturados, quando fabricados pelo homem.

Exemplos de documentos são os relatórios técnicos, as teses e as dissertações desenvolvidas no âmbito dos cursos de pós-graduação, as normas técnicas e as patentes. Cada um deles apresenta um propósito específico, mas o intuito de todos é o mesmo: alicerçar o conhecimento científico.

2.3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Os cursos de pós-graduação, que constituem uma das subdivisões das chamadas Instituições de Ensino Superior (IES), personificam os espaços para formação de novos pesquisadores, sejam docentes ou discentes, e se configuram em berço para o

desenvolvimento de pesquisas em todos os ramos do conhecimento. Nas palavras de Simões (2014, p. 33):

[...] as instituições são os principais centros de produção do conhecimento científico através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Onde, a atividade de ensino está relacionada com a formação de profissionais de nível superior para a sociedade; a atividade de pesquisa é compartilhada com outras instituições; e as atividades de extensão são definidas como ações que visem a melhorar as condições de vida dessa comunidade.

No Brasil, a institucionalização das universidades praticamente só se consolidou no início do século XX, após algumas tentativas anteriores de implantar o ensino de nível superior no País, cujas intenções datam desde o período da colonização por Portugal. “[...] Mesmo como sede da Monarquia, o Brasil consegue apenas o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante [...]” (FÁVERO, 2006, p. 20).

No início do século XIX, mais precisamente em 1808, foram criados, nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro, cursos na área médica, com enfoque para o ensino de práticas cirúrgicas. Dois anos depois foi inaugurada a Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nos anos seguintes, outras instituições foram concebidas, como os cursos jurídicos instalados em 1827, sendo um “[...] no Convento de São Francisco, em São Paulo, e outro no Mosteiro de São Bento, em Olinda [...]” (FÁVERO, 2006, p. 21).

A Universidade do Rio de Janeiro, primeira universidade brasileira mantida por recursos do governo federal, “[...] remonta a 1920, a partir da reunião de três dessas escolas superiores isoladas criadas ainda no período monárquico: as Faculdades de Direito e de Medicina e a Escola Politécnica” (MAZZILLI, 2011, p. 209).

Atualmente, encontram-se universidades tanto nos grandes centros urbanos como em cidades do interior de vários estados brasileiros. Os cursos abrangem inúmeras áreas do conhecimento, tanto em instituições privadas como públicas, sejam estas federais ou estaduais.

Os cursos ofertados pelos estabelecimentos de ensino superior, regra geral, sustentam-se em três pilares: ensino, pesquisa e extensão. Normalmente passam por mudanças institucionais, administrativas e curriculares, no intuito de desenvolver conhecimentos que se harmonizem com a realidade social, com o avanço natural resultante das atividades então desenvolvidas por seu corpo docente e discente e com sua própria evolução.

Entretanto, esse tripé não foi instituído *pari passu* à concepção das universidades no Brasil, nem mesmo em outros países. Surgiu a partir de demandas construídas em um

determinado decurso de tempo da história do ensino de nível superior. O modelo da universidade brasileira adveio de um longo processo histórico, herdado inicialmente pelos formatos europeus, introduzidos por Portugal no País. Posteriormente, no início do século XX, foram implantados outros cursos de nível superior, cuja aparência se aproxima mais do que atualmente se conhece por instituição de nível superior.

Na Europa, a universidade, em um primeiro momento, tinha como única função propagar o conhecimento, principalmente após a Revolução Industrial, quando se fez necessário qualificar a mão de obra que trabalhava nas fábricas. Sobre esse assunto, Mazzilli (2011, p. 207) esclarece que:

No processo de implantação de um sistema de educação superior no Brasil foram incorporados os modelos que englobam as chamadas funções clássicas da universidade, de conservação e transmissão da cultura, de ensino das profissões e de ampliação e renovação do conhecimento. Esses modelos, adotados pela Inglaterra, pela França e pela Alemanha, respectivamente, resultaram movimentos ocorridos na Europa do século XVIII, que redefiniram o papel social e as funções das universidades, adequando-as às demandas emergentes naquelas sociedades em decorrência das novas formas de produção, de organização social e de estrutura de poder que se estabeleceram com a revolução industrial, a ascensão do capitalismo e a difusão das ideias liberais.

Enquanto o modelo inglês apregoava a dissociação das universidades com o ensino e a pesquisa como forma de preservar a isenção científica, a Universidade de Berlim introduziu, no início do século XIX, a pesquisa científica “[...] como função inerente à universidade [...], um salto de qualidade na concepção de universidade, constituindo-se como um dos grandes marcos da ciência moderna” (MAZZILLI, 2011, p. 207).

No contexto brasileiro, “[...] a incorporação da pesquisa e da extensão no rol das funções da universidade foi deflagrada em 1930 [...]” (MAZZILLI, 2011, p. 210), tendo como embrião o movimento estudantil de Córdoba, em atividade na Argentina, cujo Manifesto se propunha a redefinir a função da Universidade, determinando o porquê de sua existência e a quem deveria servir.

Contudo, somente décadas depois, mais precisamente nos anos 1980, que instituíram a Carta Magna de 1988, passado o período ditatorial brasileiro e as manifestações populares pela instituição de eleições diretas, é que a tríade pesquisa-ensino-extensão, enfim, estabeleceu-se no seio das universidades do País, a partir do projeto desenvolvido pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

Nesse projeto, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é apontado como referência do padrão de qualidade acadêmica para as instituições de ensino superior do país, que se baseia na negação das desigualdades sociais (que abrange a distribuição desigual dos bens, inclusive culturais), expressando assim o papel social da universidade na construção de uma sociedade democrática e igualitária. (MAZZILLI, 2011, p. 214).

Nem todas as universidades atuam sobre esses pilares. Porém, aquelas que assim operam, harmonizam-se com os anseios sociais, transformando o conhecimento em algo sustentável, do ponto de vista prático. A partir da aplicação desses conhecimentos, é possível verificar as lacunas então existentes, sugerindo outras indagações aos pesquisadores para prosseguirem com novas investigações. Esse circuito pode ser ininterrupto e, enquanto for praticado dessa forma, mais frutífero se tornará em termos de colaboração com o avanço da ciência.

Embora diluída por cursos ou áreas de conhecimento, a ciência, na verdade, é uma só. Sua divisão se faz necessária por questões instrumentais e para viabilizar sua compreensão, uma vez que é mais acessível elaborar determinado saber a partir de um recorte que em sua inteireza. Assim pensa Mello (2009, p. 17), quando afirma que:

[...] devemos ter em mente que não existe ciência mais exata que outra, nem ciência mais humana nem menos humana, todas são naturais. Essas classificações são puramente operacionais. Visam a facilitar a identificação dos diversos ramos da ciência e agrupá-los de acordo com a proximidade de seus objetos.

Durante décadas foram implantadas mais universidades no Brasil, alcançando-se, na atualidade, uma vasta gama de opções de cursos dos mais variados tipos e níveis de conhecimento. As ciências humanas, tais quais são conhecidas hoje, nasceram no século XIX e se proliferaram no século seguinte (SIMÕES, 2014).

Embora entendamos que a ciência é una, tal qual afirmou Mello (2009), é importante reiterar que não se pode negligenciar a importância de suas subdivisões como forma de viabilizar o aprofundamento das pesquisas, área por área. Para tal, existem os cursos de pós-graduação, que atuam como leito para desenvolvimento da ciência como um todo.

2.4 PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Os programas de pós-graduação, abrigos de pesquisadores de todas as áreas do conhecimento, colaboram diretamente para a formação do saber e a consolidação do crescimento do País, uma vez que atuam como berço para o desenvolvimento das mais variadas pesquisas e como suporte para atuação dos técnicos interessados em aplicar tais conhecimentos.

Estabelecer reflexões sobre uma determinada área do conhecimento configura-se em uma ação contínua por parte daqueles que se interessam por seus temas. Nos cursos de pós-graduação é possível ter contato com as mais diversas especificidades do conhecimento até então existente/descoberto. O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, também chamado de Estatuto das Universidades Brasileiras, determina, em seu art. 1º, que:

O ensino universitario tem como finalidade: elevar o nivel da cultura geral, estimular a investigação scientifica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem preparo technico e scientifico superior; concorrer, emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (BRASIL, 1931).

A cultura que se exercita no seio das universidades diz respeito à transmissão de saberes científicos, buscando incentivar o interesse pela pesquisa e, naturalmente, produzir novas descobertas, relacionadas aos conhecimentos anteriores.

Os cursos de pós-graduação apresentam o propósito de restringir as áreas de pesquisa, sendo mais específicos dentro daquilo que se propõem a estudar. Esses cursos se dividem em *lato sensu*, que são “[...] destinados ao domínio científico e técnico de uma área limitada do saber ou de uma profissão” (GIL, 2011, p. 19), e *strictu sensu*, definidos nos níveis de mestrado e doutorado. “[...] A formação de pesquisadores e de docentes ocorre nos cursos *stricto sensu*” (ANDRADE; OLIVEIRA, 2005, p. 54).

Nos cursos de pós-graduação é possível verificar, através das áreas de concentração e suas respectivas linhas de pesquisa, quão afuniladas se tornam as temáticas, formalizadas através dos trabalhos depositados pelos discentes ao final de cada curso.

Referidos trabalhos resultam, na verdade, em um desenho que, a médio e longo prazo, pode suscitar perspectivas outras, sugerindo novas pesquisas, ou mesmo introduzir modificações no próprio programa de pós-graduação, que, ao observar as mudanças

acadêmicas, científicas e/ou sociais, sente a necessidade de novamente refletir sua adequação à realidade ora apresentada.

Nesse leque de especificidades, encontra-se a Ciência da Informação (CI) que, segundo Marlene de Oliveira (2005, p. 13), “[...] nasceu para resolver um grande problema, que foi também a grande preocupação tanto da Documentação quanto da Recuperação da Informação, que é o de reunir, organizar e tornar acessível o conhecimento cultural, científico e tecnológico produzido em todo o mundo”.

A história da CI passa, necessariamente, pela história do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, antes denominado Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD. Tais instituições introduziram no Brasil as primeiras ideias da documentação e, posteriormente, da Ciência da Informação (ANDRADE; OLIVEIRA, 2005, p. 46).

No Brasil, mais precisamente na década de 1970, foram implantados seis cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, tendo os demais surgido duas décadas depois, com nova terminologia, onde foram substituídos os termos Biblioteconomia e/ou Documentação por Ciência da Informação (SIMÕES, 2014, p. 46).

Conforme esclarecem Andrade e Oliveira (2005, p. 53-54):

No Brasil, a pós-graduação em Ciência da Informação tem início com os cursos *lato sensu* ou de especialização. Como já foi mencionado, o IBICT foi o pioneiro na oferta de tais cursos. Depois disso, diversos cursos de especialização na área de informação foram criados, especialmente na década de 1990. É preciso ressaltar que o objetivo desse nível de ensino é preparar para melhorar o exercício profissional em determinado tema, porém, tem sido uma opção de aprofundamento de estudo adotada por cursos de graduação em Biblioteconomia e oferecida a seus ex-alunos e, também, a graduados de outras áreas.

Os cursos de pós-graduação apresentam área de concentração e linhas de pesquisa com várias perspectivas conceituais. Na realidade da CI, partindo-se da ideia de que a informação se encontra embutida em todos os ramos do saber, ela, por si só, pode ser analisada por vários ângulos.

Contextualizando geográfica e conceitualmente os cursos de pós em CI - em termos de área de concentração e linhas de pesquisa -, é possível observar quais temáticas são selecionadas para compor a grade de seus programas.

No Brasil, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação tiveram início na década de 1970, quando houve um crescimento

significativo da pós-graduação nacional. O primeiro curso de mestrado foi implantado pelo IBICT, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Depois disso, outros cursos de mestrado surgiram e, posteriormente, alguns passaram a oferecer também programas de doutorado [...] (ANDRADE; OLIVEIRA, 2005, p. 54)

Hoje, com o constante surgimento de cursos de pós-graduação em CI no Brasil, tanto em nível de mestrado como de doutorado, a Ciência da Informação tende a ter um crescimento contínuo, fortalecendo os estudos na área.

2.4.1 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB)

De 1977 a 2015 decorreram quase quarenta anos e, com eles, importantes mudanças nos cursos de pós-graduação da UFPB, dentre os quais pretendemos destacar, através da breve reconstrução histórica a ser apresentada nesta subseção, o curso de pós-graduação em CI, pertencente ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da referida universidade.

A história dessa pós-graduação se divide em três momentos, donde vale ressaltar que o mais recente não adveio de uma transformação terminológica dos anteriores, mas, de certo modo, ao menos historicamente, trata-se de um desdobramento deles e, principalmente, da necessidade em manter ativo um curso dessa ordem.

Dessa feita, antes da UFPB ofertar o curso de Pós-Graduação em CI, na segunda metade dos anos 1970 disponibilizava o extinto Curso de Mestrado em Biblioteconomia (CMB), que ficou ativo entre os anos de 1978 e 1996, contendo duas áreas de concentração em períodos distintos. De 1978 a 1987, a área de concentração era intitulada “Sistemas de Bibliotecas Públicas”, com duas linhas de pesquisa - Hábito de leitura e Planejamento e gerência de bibliotecas públicas -, enquanto de 1988 a 1996 a área de concentração se denominava “Biblioteca e Sociedade”, desdobrada em duas linhas de pesquisa, então chamadas Informação para o desenvolvimento científico e tecnológico e Informação e cidadania (SILVA, T., 2009, p. 32).

O segundo grande marco para essa pós-graduação ocorreu no final dos anos 1990, conforme esclarece Terezinha da Silva (2009, p. 33):

Os anos de 1997 a 2001 caracterizam-se pela transformação do CMB em Curso de Mestrado em Ciência da Informação (CMCI), acompanhando a tendência nacional de mudança de modelo da área. Essa alteração, que ocorreu no bojo de avaliações internas como resultado de indicações da

CAPES, também altera significativamente a área de concentração e delinea as linhas de pesquisa:
 1997-2001 – Informação e sociedade
 Linhas de pesquisa: Informação e cidadania e Informação para o Desenvolvimento Regional.

O terceiro marco do curso, que prevalece até então, aconteceu após a suspensão do credenciamento do CMCI. O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB) surgiu em março de 2007. O curso surgiu em julho de 2006, tendo iniciado suas atividades no mês de março do ano seguinte.

Tais mudanças foram aplicadas a partir da observação de situações que interferiram diretamente no desempenho do curso de mestrado e em sua consequente melhoria: adequação da estrutura curricular, expansão do curso, qualificação do corpo docente, necessidade de compatibilização entre a oferta de disciplinas e a área de concentração (PARAÍBA, 2013).

Informação, Conhecimento e Sociedade é a atual área de concentração do PPGCI/UFPB, que antes se desdobrava nas linhas de pesquisa *Informação e Cidadania* e *Informação para o Desenvolvimento Regional*, sendo posteriormente substituídas por *Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação* e *Ética, Gestão e Políticas de Informação*.

As atuais linhas de pesquisa do PPGCI/UFPB possibilitam uma variedade maior de temas de estudo, uma vez que se mostram bastante amplas. Em outras palavras, as temáticas dentro de todos os termos escolhidos para compor cada uma dessas linhas são inúmeras no campo da Ciência da Informação (CI).

No Brasil existem onze programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, distribuídos por três regiões: Nordeste, Sudeste e Sul. No Nordeste, atualmente com três Programas funcionando nas universidades públicas federais nos estados da Paraíba, de Pernambuco e da Bahia, respeitadas as especificidades de cada uma das instituições, prevalece a área de concentração voltada para a informação e a sociedade.

Enquanto as Universidades Federais da Paraíba e da Bahia, UFPB e UFBA, respectivamente, enfocaram informação, conhecimento e sociedade em suas áreas de concentração, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) adicionou memória e tecnologias à sua.

A região Sul brasileira conta com dois programas na área, onde um se desenvolve na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e o outro na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Enquanto nesta a área de concentração enfoca a Gestão da Informação, naquela a área de concentração tem foco na Organização, Acesso e Apropriação da

Informação e do Conhecimento. Percebe-se que na UEL a abrangência temática é mais ampla que na UFSC.

A Região Sudeste é a que mais concentra Programas de Pós-Graduação em CI, ofertados por cinco instituições, distribuídos entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, tanto em universidades públicas federais como estaduais, e, da mesma forma, apresentam áreas de concentração com temáticas de âmbito mais geral, para contemplar maior número de possibilidades de pesquisa.

As áreas de concentração são direcionadas ao ensino, enquanto as linhas de pesquisa “[...] organizam-se com a finalidade de sistematizar criticamente a experiência do conhecimento acumulado, desenvolver novos projetos, pautar a construção de novos planos de estudo, captar e organizar recursos humanos, institucionais e técnicos” (GAMBOA, 2003, p. 85). Assim, embora sedimentando o conhecimento, os cursos de pós-graduação ainda mantém o formato de área de concentração e linhas de pesquisa em seus programas.

Na linha de Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação do PPGCI/UFPB, os estudos são voltados à “[...] produção, apropriação, democratização, representação, usos e impactos da informação, e à proteção das memórias, do patrimônio cultural e identitário, associadas ou não às tecnologias de suporte” (PARAÍBA, 2013).

Contudo, observa-se que, embora a temática se encontre em ascensão, do ponto de vista da quantidade de trabalhos acadêmicos da UFPB que versam sobre o tema, ainda não se percebe um destaque considerável em relação aos demais.

Isso pode ser verificado nas linhas de pesquisa dos PPGCI das universidades públicas federais brasileiras, onde apenas uma pequena parcela deles, mais precisamente na região Nordeste, contempla diretamente a temática da memória em seus títulos, sugerindo algumas outras possibilidades de estudo, conforme se averigua na tabela abaixo:

Quadro 2 – Linhas de pesquisa por PPGCI das universidades públicas brasileiras

Região geográfica	Instituição		Linhas de pesquisa
Nordeste	1	UFPB	1. Memória, organização, acesso e uso da informação 2. Ética, gestão e políticas de informação
	2	UFPE	1. Memória da informação científica e tecnológica 2. Comunicação e visualização da memória
	3	UFBA	1. Políticas e tecnologias da informação 2. Produção, circulação e mediação da informação
Sudeste	4	UFMG	1. Gestão da informação e do conhecimento 2. Informação, cultura e sociedade 3. Organização e uso da informação

	5	ECA-USP	1. Apropriação social da informação 2. Gestão de dispositivos de informação 3. Organização da informação e do conhecimento
	6	UNESP Marília	1. Informação e tecnologia 2. Produção e organização da informação 3. Gestão, mediação e uso da informação
	7	UFF	1. Informação, cultura e sociedade 2. Fluxos e mediações sócio técnicas da informação
	8	UFRJ	1. Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento 2. Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação
Centro-oeste	9	UnB	1. Organização da informação 2. Comunicação e mediação da informação
Sul	10	UFPR	O Programa se denomina PPGCGTI (Mestrado Interdisciplinar em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação). O site não apresenta as linhas de pesquisa, mas somente a área de concentração, que foi denominada “Gestão da informação e do conhecimento”.
	11	UFSC	1. Organização, representação e mediação da informação e do conhecimento 2. Informação, gestão e tecnologia
Norte	-	Nenhuma das instituições federais possui pós-graduação em CI	

Fonte: Páginas eletrônicas das respectivas universidades federais

Esse retrato leva à dedução de que a memória, como tema de pesquisa, deve se desenvolver ainda mais. Na UFPB, pelo fato de estar presente em uma das linhas de pesquisa, tanto do mestrado como do doutorado, recentemente implantado, apresenta número considerável de trabalhos acadêmicos que o abordam.

Essa observação se faz importante devido ao fato de ser a memória o tema desta pesquisa, mais precisamente o estudo sobre a adoção e o uso de seu conceito, tal qual trabalhado nas dissertações defendidas pela UFPB entre os anos de 2009 e 2014. É relevante observar se a memória se faz presente nos demais PPGCI. Isso permite ter uma visão numérica sobre tais Programas que a elegeram como uma de suas áreas de concentração.

3 OS SENTIDOS DA MEMÓRIA

Neste capítulo serão apresentados alguns sentidos que apresenta a memória, que, em suas interligações, constituem o arcabouço teórico desta pesquisa. Este referencial, além de nortear a leitura das dissertações selecionadas, no que concerne a uma maior facilidade para perceber os direcionamentos teóricos que cada uma delas tomou, verificará se existem tendências que convergem para os mesmos autores, análise esta que constitui o terceiro e último objetivo específico aqui proposto.

Existem, naturalmente, várias formas de se abordar um determinado tema. No caso da memória, ela pode ser compreendida por seu sentido químico e biológico, relacionado ao processamento orgânico que assegura a capacidade humana para reter e lembrar eventos vivenciados. Segundo Candau (2005, p. 21), os mecanismos que propiciam a aprendizagem e a memória advêm de “[...] modificações bioquímicas e morfológicas das conexões sinápticas que estão na origem do registo e da consolidação dos traços mnésicos no cérebro [...]”.

Contudo, essa capacidade é apenas a aptidão que propicia a percepção quanto à importância do resguardo da aprendizagem, no intuito de transmitir tais conhecimentos às gerações seguintes. Todos esses recursos, utilizados para manter vivas as lembranças que são consideradas importantes nas histórias de vida de cada um, são possíveis graças à habilidade oriunda da disposição física de retenção memorial.

A possibilidade física de conservar informações é apenas o espaço de aptidão para novas explorações, uma vez que, sem a condição orgânica para armazenar fatos passados, tornar-se-ia impossível avaliar tais acontecimentos sob outras interpretações. A memória - seja a social, conforme a apreensão de Bergson, ou a coletiva, no entender de Halbwachs (2006) -, deve ser compreendida sob a ótica do contexto no qual se constrói e se encontra inserida. Existem várias maneiras de resguardar a memória, seja ela individual ou coletiva. Nesse sentido, Candau (2005, p. 9) assevera que:

A compulsão memorial exprime-se de diversas formas: devoções patrimoniais, comemorações, celebrações, aniversários, conflitos de memórias, paixão genealógica, retrospecto generalizada, procuras múltiplas das origens ou das “raízes”, fascínio pelas biografias e histórias de vida, revivescência ou criação de numerosas tradições e outros modos ritualizados da reminiscência.

Para compreender o que é memória, Chauí (2000, p. 161) esclarece que se trata de “[...] uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do

presente para que permaneça como lembrança”. Essa dialética de trazer ao presente um fato pretérito é que fortalece a competência memorial e, em contraposição, robustece a antítese à ideia de ser tal fenômeno algo meramente biológico, uma vez que, se assim fosse, não poderia o homem selecionar suas evocações nem muito menos esquecê-las.

O tempo da memória, no entanto, é diferente do decurso temporal quando da ocorrência do fato lembrado. A esse respeito Candau (2005, p. 50) observa que:

[...] Com efeito, a consciência do passado não é a consciência da duração e, se nos lembrarmos de acontecimentos passados, já não temos contudo a memória da sua dinâmica temporal, do decorrer do tempo do qual, sabemos, a percepção é extremamente variável em função da densidade dos acontecimentos [...].

Além da aptidão física para lembrar, outros fatores interferem na seleção das recordações, motivada por estímulos pessoais, referentes às particularidades de cada sujeito que rememora o passado. A cultura, a forma como os indivíduos se relacionam socialmente, suas experiências pessoais; todos esses elementos influenciam diretamente na construção do corpo memorial que, ainda assim, é flexível e pode se modificar a cada evocação feita, ainda que referente ao mesmo episódio vivido.

As evocações são resultado de uma combinação de estímulos oriundos de variáveis das mais diversas, tais como o humor e o temperamento do sujeito que lembra, as circunstâncias do fato etc. Nosso cérebro, portanto, não se configura em uma mera máquina cuja funcionalidade seria apenas reter ou eliminar informações. O homem é um ser capaz de elaborar complexos raciocínios que, por desígnios geralmente afetivos, apontam episódios que devem ou não ser lembrados.

Destarte, a memória é a capacidade de evocar fatos e eventos passados que, por *animus* emocional, são rememorados; trazidos ao presente. Nas palavras de Bernardina Oliveira e Azevedo Netto (2007, p. 32):

Entende-se por memória aquele conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, detêm experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado, quer imediato quer remoto.

Feito este breve preâmbulo, e considerando as várias possibilidades de abordagem sobre um mesmo tema, o sentido de memória que interessa a esta pesquisa é aquele que diz respeito ao caráter eminentemente social e, para moldá-lo conforme o que pretendemos

construir, optamos por selecionar três sentidos de memória, sendo eles o filosófico, o histórico e o sócio antropológico.

Essas três abordagens buscam apresentar um arcabouço mais objetivo (no sentido de estreitar as escolhas para facilitar a compreensão dos resultados), porém consistente, para localizar a memória no campo de ação das ciências sociais e o preparo para verificar sua contextualização no âmbito da Ciência da Informação.

Para realizar essa tarefa, foram escolhidos nomes de teóricos renomados, selecionados para representar cada área, desde que suas obras e/ou construção acadêmica tivessem alguma relação com o tema memória.

3.1 MEMÓRIA NO SENTIDO FILOSÓFICO

Nesta seção pretende-se apresentar, de forma breve, o que é filosofia, qual o seu papel como campo do conhecimento para, finalmente, pontuar sua relação com a memória, elegendo, para isso, um conceito que melhor se adéque àquilo que está sendo proposto.

Toda conceituação, para ser mais bem compreendida, requer que sejam feitas algumas reflexões gerais sobre o tema. Esse conhecimento antecedente permite que melhor se assimile aquilo que está para ser conceituado. Em outras palavras, antes de adentrarmos em alguns conceitos para filosofia, é mister tecer algumas observações sobre esse campo do conhecimento, não só por embasar todas as áreas das ciências sociais, mas, principalmente, por preceder todas elas.

Inicialmente, parte-se da preocupação em fazer algumas considerações acerca do caráter científico ou não da filosofia, uma vez que, conforme dito anteriormente, trata-se de um campo fundamental do conhecimento utilizado em todas as ciências sociais. Esse debate, por ser demasiado longo e complexo, naturalmente não será encerrado neste texto. Porém, é importante apresentar alguns pensamentos acerca do tema, com base em autores que há muito estudam filosofia e pensam sobre ela como campo do conhecimento.

Heidegger (2009, p. 15) afirma que “[...] A ciência só existe em meio à paixão do perguntar, em meio ao entusiasmo do descobrir, em meio à inexorabilidade da prestação de contas crítica, da demonstração e da fundamentação”. Tais ações estão diretamente ligadas ao pensar filosófico que, no dizer de Chauí (2010, p. 17), relaciona-se com a recusa ao senso comum, e com a negação às crenças, opiniões e valores que nos são apresentados na vida cotidiana.

Referidos valores sociais devem ser analisados de forma reflexiva, questionadora, direcionada. A contemplação filosófica, portanto, não se dá no âmbito empírico, no sentido da ausência de um norteamento previamente estabelecido, ou seja, os fenômenos devem ser observados com senso crítico, buscando desvendar sua essência e significação, de modo sistemático. Nas palavras de Chaui (2000, p. 13):

[...] a Filosofia trabalha com enunciados precisos e rigorosos, busca encadeamentos lógicos entre os enunciados, opera com conceitos ou idéias obtidos por procedimentos de demonstração e prova, exige a fundamentação racional do que é enunciado e pensado. Somente assim a reflexão filosófica pode fazer com que nossa experiência cotidiana, nossas crenças e opiniões alcancem uma visão crítica de si mesmas. Não se trata de dizer “eu acho que”, mas de poder afirmar “eu penso que”.

Independente de ser ou não um conhecimento científico, a Filosofia existe desde a Grécia Antiga – séculos antes de Cristo - e é, até hoje, importante e indispensável saber para aqueles que buscam o aprofundamento de qualquer estudo relacionado ao homem como ser social e ao seu *habitat*, ou seja, à sociedade em que vive.

A Filosofia, regra geral, preocupa-se com o conhecimento e suas formas de apreensão. Esse conhecimento advém de uma busca incessante pela verdade e esta, no caso, é o resultado da observação de um recorte da realidade. “A Filosofia não é um conjunto de idéias e de sistemas que possamos apreender automaticamente, não é um passeio turístico pelas paisagens intelectuais, mas uma decisão ou deliberação orientada por um valor: a verdade”. (CHAUI, 2000, p. 111). Essa verdade, mencionada por Chaui (2000), opõe-se à ignorância. Trata-se de uma busca que se configura em um dos problemas fundamentais da Filosofia (GARCIA, 2001, p. 251).

Ainda assim, não existe um conceito pronto e acabado para a Filosofia. Contudo, autores vários a conceituam, normalmente seguindo o mesmo pensamento: trata-se de uma área que procura uma verdade, a partir da observação do mundo e de seu movimento social. Essa busca pode ser apreendida de diferentes formas, onde cada uma delas apresenta uma visão particularizada de compreensão dos fatos, nada mais sendo que um modo de interpretação e elucidação da realidade. Essa realidade, ao ser descoberta, chama-se conhecimento e, quando este resulta da aplicação de procedimentos metodológicos adequadamente utilizados, é denominado de conhecimento científico.

O conhecimento é assimilado através das mais variadas investigações, todas elas com base em perguntas, questionamentos e indagações, ações inerentes ao ser humano. Desde que

se entende como parte deste planeta, o homem não se acomoda com as informações que tem à mão, buscando, incessante e incansavelmente, descobrir seu mundo e redescobrir aquilo que supõe conhecer bem, mas que, ainda assim, pode se abrir a novas possibilidades. Como afirmam Castro e Landeira-Fernandez (2010, p. 141): “Dos mitos à criação presentes nas culturas antigas às teorias da física moderna, questões relacionadas com a existência humana e o mundo que a cerca sempre geraram indagações”.

Em se partindo da palavra filosofia, basicamente obtém-se a tradução “amor à sabedoria”, representação criticada por Heidegger (2009, p. 22-23), por considerar o termo “sentimental e bonachão”. Adjetivos à parte, o que se verifica em vários autores que se debruçam sobre o tema, é que a filosofia, ainda que não seja uma ciência, é o primeiro ramo do conhecimento, do qual surgem todos os demais, embora se admita, contemporaneamente, que, “[...] pouco a pouco, as várias ciências particulares foram definindo seus objetivos, seus métodos e seus resultados próprios [...]” (CHAUI, 2000, p. 64).

Nas palavras de Garcia (2001, p. 251): “A Filosofia tinha [...] por finalidade conhecer os primeiros princípios da realidade, o substrato último das coisas, a origem, a essência, o valor e o sentido do universo e da vida, bem como a conduta virtuosa”.

Desde os tempos da Grécia Antiga, berço da filosofia, cujo arcabouço filosófico se iniciou com Sócrates, Platão e Aristóteles, até os pensadores contemporâneos como Kant, Hegel, Comte e Marx, a filosofia manteve seu propósito questionador, em busca da verdade. Esta, reitera-se, tem por base o comportamento da sociedade que, por sua vez, é mutável por natureza, modificando-se constantemente e fazendo com que o homem jamais deixe de filosofar.

É possível atestar esse pensamento considerando as várias formas de apreensão filosófica da realidade, que vão do dogmatismo de Kant ao positivismo de Comte e Marx, passando pelo ceticismo, realismo e idealismo. Em cada uma dessas correntes, o conhecimento é percebido de uma forma distinta, levando a crer, ao final, que essa apreensão se configura em uma busca incessante, a variar conforme o tempo histórico e o olhar de quem observa o fenômeno.

A partir de Kant, que viveu no século XVIII, houve uma mudança na forma de compreender a filosofia, uma vez que se percebeu que a realidade, na verdade, é algo inalcançável, tendo o homem apenas a visão daquilo que constrói a partir de sua razão, ou seja, “[...] a Filosofia se tornou o conhecimento das condições de possibilidade do conhecimento verdadeiro enquanto conhecimento *possível* para os seres humanos racionais” (CHAUI, 2000, p. 65. Grifo nosso).

No século XIX, com Comte e o pensamento positivista, houve uma ruptura, separando-se a filosofia das ciências positivas - física, matemática, química, biologia, astronomia e sociologia – reduzindo-se a filosofia à teoria do conhecimento, à ética e à epistemologia (CHAUI, 2000, p. 65).

Desse modo, percebe-se que a verdade nunca será absoluta e, por isso, sua procura se mantém constante, pelo menos enquanto o homem for homem. Luckesi e Passos (2004, p. 105) atestam essa linha de raciocínio quando asseveram que “[...] cada sociedade, em seu tempo, exercita essa prática, o que implica dizer que a filosofia é temporal e espacial, ou, simplesmente, histórica”. Esse é também o pensamento de Bachelard (1978, p. 3), quando diz que, “[...] Dado que a ciência está sempre inacabada, a filosofia dos cientistas permanece sempre mais ou menos eclética, sempre alerta, sempre precária”. Filosofar, portanto, caracteriza-se como uma ação que nunca tem fim, uma vez que a conformação não é uma característica presente na natureza humana.

A ação de filosofar, no entanto, não se configura somente em meditar ou pensar sobre determinada questão inquietante. Mais que isso, o pensar filosófico resulta na aplicação de atitude e reflexão filosóficas, onde a primeira pressupõe essência, significação, estrutura e origem das coisas, e a segunda está relacionada à “[...] **capacidade** e à **finalidade** humanas para **conhecer** e **agir**” (CHAUI, 2000, p. 13. Grifos da autora).

Heidegger (2009, p. 17) esclarece que “[...] Se a equação filosofia = filosofar, então isso significa que a filosofia precisa ser determinada a partir de si mesma”. Em outras palavras, filosofia implica na ação do filosofar, ou seja, no pensar, no refletir e no ponderar. Partindo de uma conceituação mais simplificada para filosofia, os dicionários apontam sua definição ao “amor pelo saber” (PRIBERAM, 2014) ou, ainda, ao “Estudo que visa a ampliar incessantemente a compreensão da realidade” (FERREIRA, 2008, p. 406). Tomando posse de tais denominações como ponto de partida, é possível, então, relacionar filosofia a apreensão de conhecimento, que se configura em uma forma de assimilar novas impressões da realidade a partir da observação de um dado fenômeno. Mas, antes disso, é importante saber o que significa conhecimento.

Luckesi e Passos (2004, p. 15), ao discorrer sobre esse tema, apontam que o conhecimento, [...] “como elucidação da realidade, é a forma de tornar a realidade inteligível, transparente, clara, cristalina. É o meio pelo qual se descobre a essência das coisas que se manifesta por meio de suas aparências”. Mais adiante, sugerem um conceito para tal, afirmando que:

Em síntese, o conhecimento, como elucidação da realidade, decorre de um esforço de investigação, de um esforço para descobrir aquilo que está oculto, que não está compreendido ainda. Só depois de compreendido em seu modo de ser é que um objeto pode ser considerado conhecido. (LUCKESI; PASSOS, 2004, p. 18).

Dessa feita, a obtenção de conhecimento passa não só pela forma de “aquisição” ou captação, como pela ideia de que, ao se buscar conhecimento, procuram-se conteúdos fidedignos e legítimos. Dito isto, é possível constatar o papel da filosofia como campo do conhecimento. Nas palavras de Chauí (2010, p. 30):

Como fundamentação teórica e crítica, a Filosofia ocupa-se com os princípios, as causas e condições do conhecimento que pretenda ser racional e verdadeiro; com a origem, a forma e o conteúdo dos valores éticos, políticos, religiosos, artísticos e culturais; com a compreensão das causas e das formas da ilusão e do preconceito no plano individual e coletivo; com os princípios, causas e condições das transformações históricas dos conceitos, das ideias, dos valores e das práticas humanas.

Feitas essas considerações, é possível apresentar um conceito para filosofia, com base em alguns autores. Para Luckesi e Passos (2004, p. 74), a filosofia é vista como “[...] um entendimento que tem por objetivo uma compreensão do mundo que auxilia o ser humano no norteamento de sua vida”.

Chauí (2010) ressalta o que foi dito em parágrafos anteriores – que não há um conceito pronto e acabado para a filosofia. Contudo, a autora pontua quatro definições gerais e bastante difundidas, ressaltando, no entanto, que, mesmo estas, apresentam alguns lapsos. Assim sendo, filosofia seria “uma visão de mundo de um povo, de uma civilização ou de uma cultura” (p. 25), “sabedoria de vida” (p. 26), “compreensão do universo como uma totalidade ordenada e dotada de sentido” (p. 26) e “fundamentação teórica e crítica dos conhecimentos” (p. 29).

A memória, na filosofia, encontra-se na teoria do conhecimento, que se debruça sobre os estudos relacionados ao conhecimento humano. Aristóteles (2012), em *Parva Naturalia*, distinguiu memória de revocação, sendo que esta implica em uma ação continuada, donde o sujeito reconstrói mentalmente um percurso, descrevendo internamente um passo-a-passo específico que lhe possibilita chegar ao ponto que deseja lembrar, enquanto a memória não é “[...] nem percepção sensorial nem pensamento, sendo sim um estado ou afecção de uma ou outro no decorrer do tempo [...]. não é possível haver memória de algo no presente enquanto presente [...]” (ARISTÓTELES, 2012, p. 76).

Na relação entre memória e filosofia, é válido apresentar as quatro grandes correntes de pensamento relativas à memória, onde cada período histórico retrata uma atividade distinta de exercício sobre essa capacidade – a dinâmica do lembrar –, destacando práticas que, contemporaneamente, não fazem tanto sentido. Contudo, em outras épocas, foram precursoras da atividade sem a qual hoje não se vive.

Conforme esclarece Candau (2005, p. 39):

Se a função da memória é muito elaborada nas narrativas míticas é por um lado para marcar o valor que lhe é conferido numa civilização de tradição puramente oral (como era o caso da Grécia entre os séculos XII e VIII) e, por outro, porque ela aborda grandes categorias psicológicas, tais como o tempo e o eu. Do estudo dos textos depreendem-se quatro grandes correntes de pensamento relativas à memória.

Referidas correntes de pensamento procuram representar a memória em diferentes períodos históricos. Assim, na primeira delas, a memória era retratada pelas narrativas, enquanto na segunda era representada pelos documentos. Essas correntes foram expostas no quadro abaixo, para facilitar a esquematização das características de cada uma delas.

Quadro 3 – Correntes filosóficas de pensamento relativas à memória

REPRESENTANTES DA CORRENTE	CARACTERÍSTICAS
Homero Hesíodo Álcman	• Narrativas míticas cuja atividade do poeta está voltada para o passado, o tempo original. • Exercícios mnemotécnicos que consistem na recitação de longas listas de nomes (dos chefes, dos deuses, dos navios), repetidos de cor.
Documentos de datas e origens variadas (Textos de Píndaro, Ésquilo, Empédocles e Pitágoras)	• A memória assume função escatológica em detrimento da função cosmológica, não mais se preocupando com as origens, mas com o meio de alcançar o fim do tempo, de fazer cessar o ciclo de gerações. • A memória é uma evasão do tempo que, no seu escoamento, aproxima todo o homem do inelutável, segundo após segundo.
Platão	• A memória é representada pelo esforço da recordação em

	busca do real, do verdadeiro.
Aristóteles	• A memória permite a percepção do tempo. • Surgimento de um tempo comercial, um tempo novo, mensurável, orientado e previsível.

Fonte: CANDAU, 2005, p. 39

Chaui (2000, p. 159) ressalta que “A memória é, pois, inseparável do sentimento do tempo ou da percepção/experiência do tempo como algo que escoa ou passa”. Em sendo a busca pela verdade o objetivo máximo do existir filosófico e considerando que, para atingi-la, é demasiado importante recorrer também à memória - que é o mecanismo que dá suporte ao que se tem/é no presente -, é este o sentido entre filosofia e memória que será buscado nas dissertações resultantes da coleta de dados.

3.2 MEMÓRIA NO SENTIDO HISTÓRICO

O tempo, embora não seja matéria, é onipresente, ou seja, existe em toda parte e a todo momento, seja na mente dos indivíduos, que podem evocar qualquer época passada da/na história da humanidade, seja no relógio, que é a ferramenta que permite configurá-lo e medi-lo cronologicamente, materializando-o e transmitindo a sensação de uma concretude quase “palpável”. Esse tempo que passa, que é contabilizado em eras, séculos, anos etc., é contado a partir dos acontecimentos da humanidade, e que, portanto, podem ser evocados a qualquer momento.

Nesse sentido, Ricoeur (2007, p. 162) afirma que:

À dialética do espaço vivido, do espaço geométrico e do espaço habitado, corresponde uma dialética semelhante do tempo vivido, do tempo cósmico e do tempo histórico. Ao momento crítico da localização na ordem do espaço corresponde o da datação na ordem do tempo.

Dessas primeiras linhas é possível atestar a relação tempo-história, uma vez que só é possível marcar os fatos históricos no tempo devido à padronização cronológica, linguagem utilizada em todos os continentes do mundo¹, e, portanto, facilmente compreendida por

¹ Nem todos os países utilizam a mesma contagem de tempo. Contudo, isso não será considerado neste trabalho por ser irrelevante para o que se quer apresentar nesta seção. A intenção do texto foi apenas ressaltar que a cronologia não é unânime no mundo, mas que todos os países utilizam algum tipo de marcação temporal. Os países ocidentais se baseiam na mesma contagem de tempo.

aqueles que utilizam os mesmos padrões de contagem. Tal qual a história, “A memória está evidentemente ligada ao tempo, da mesma forma que ao espaço [...]. As representações do tempo variam segundo as sociedades e, igualmente no interior de uma mesma sociedade” (CANDAU, 2005, p. 62).

“Do ponto de vista da prática da história, tal apreensão do tempo pode levar à sua instrumentalização. O tempo é a cronologia, e a cronologia é o princípio de classificação dos objetos históricos” (HARTOG, 2013, p. 25). A contagem do tempo é fundamental para a história, que, quando resgatada, requer, necessariamente, que seja apontado quando ocorreu o fato então trazido à tona. A relação entre o tempo e os acontecimentos históricos e entre o tempo e a memória são indissociáveis, pois é o *chronos* que permite designar o *quando*, abrindo possibilidades para o “como” e o “porquê”, perguntas que normalmente são feitas para buscar determinadas respostas.

A história é inerente ao homem que, só em existir, já está a construir sua própria narrativa, ao interferir no meio ambiente, que por ele é transformado, e, principalmente, na interação social, de onde resultam ações relevantes, independentemente de sua constatação como tal por parte de outrem. A relevância aqui colocada se dá no sentido de que um determinado ambiente – natural ou social - nunca seria o mesmo ou jamais permaneceria intacto se ali não houvesse a presença humana. E isso independe da grandeza ou repercussão dessas mudanças estabelecidas pelo sujeito ou pelo grupo ao qual pertence. A transformação existe para além desse reconhecimento.

Portanto, a história se configura na escrita da própria humanidade. Para Hartog (2013, p. 15), “[...] a história é uma questão de olhar e de visão: ver em melhores condições, de forma mais abrangente e profunda, além de ver em termos de verdade, trazer à luz o que tinha permanecido invisível, mas também fazer ver”. O autor ressalta, contudo, que a história é um relato construído por pessoas e, como tal, inevitavelmente é carregado de parcialidade.

“As disputas entre historiadores que apresentam visões concorrentes do passado às vezes refletem conflitos sociais mais profundos. Um exemplo é o debate comum sobre a importância da história vista de baixo [...]” (BURKE, 2006, p. 85). Em outras palavras, mais precisamente no dizer de Candau (2012, p. 47), “Uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças”.

Para Pollak (1989, p. 4), “Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”. Os conflitos refletem alguma emergência social, política e, como tal, apresentam-se carregados de elementos históricos a

serem evocados. Além disso, os conflitos representam fatos geradores de grandes transformações, também sociais e/ou políticas.

Essa constatação diz respeito às escolhas relacionadas aos fatos ditos importantes e que, como tal, merecem não só ser rememorados, mas, principalmente, registrados. Tais registros obedecem a leis de conveniência, oportunidade e poder, mais precisamente do opressor sobre o oprimido. Além disso, o historiador, incumbido da tarefa de registrar, inevitavelmente imprime, em seu relato, um pouco de si ao interpretar o fato. Não obstante as tentativas, não há como se ter uma história absolutamente imparcial, porque é o homem que a constrói e que a descreve. Nas palavras de Catroga (2001, p. 58),

[...] se não se quiser cair numa posição cientificista, tem que se aceitar o cariz ambíguo e “indeciso” das relações entre a memória e a história. [...] No entanto, o *contrato* que, tacitamente, cada historiador celebra com a responsabilidade ética e epistémica inerente ao seu ofício, obriga-o a actuar, tanto quanto lhe for possível, como pastor e lobo dos seus fantasmas e do ser “ausente” que ele pretende fazer reviver. (Grifo do autor).

Decerto, dessa constatação advém a distinção apresentada por Hartog (2013, p. 23), ao constatar a diferença entre “fazer a história e fazer história”, e de Certeau (1982, p. 41-42), ao relatar a importância da cesura realizada pelo historiador quando de sua escolha pelo objeto de pesquisa, conforme se vê abaixo:

O corte definitivo em qualquer ciência (uma exclusão é sempre necessária ao estabelecimento de um rigor) toma, em história, a forma de um *limite* original, que constitui uma realidade como “passada” e que se explicita nas técnicas proporcionadas à tarefa de “fazer história”.

[...] O estatuto desse limite, *necessário e denegado*, caracteriza a história como *ciência humana*. Efetivamente, ela é humana, não enquanto tem o homem por objeto, mas porque sua prática reintroduz no “sujeito” da ciência aquilo que se havia diferenciado como seu objeto. (Grifos do autor).

Hartog (2013, p. 23) apresenta reflexões a partir desses cortes que, mesmo inevitáveis, naturalmente não têm como ser imparciais.

Quem é esse historiador? E, antes de tudo, será que ele existe realmente? Qual seria a existência, de fato, desses escribas com o encargo de se tornarem os “porta-vozes” e os “porta-cálamos” (*porte-plume*) do rei ou do deus?

[...] Com a questão do político e do historiador, *consolida-se uma das encarnações recorrentes das relações entre a história e o poder*. Qual é, então, a autoridade da história? Quem a autoriza, mas também de que autoridade é portadora ao ser produzida e depois de sua produção? [...].

Ao longo dos séculos, tornou-se evidente para nós que a história se escrevia, que um poder, um grupo, uma sociedade, segundo modalidades e protocolos diversos, tinha o cuidado, o encargo, para não dizer, o dever de registrar sua memória e de escrever sua história. Será que sempre foi assim? Ninguém está em condições de fazer tal afirmação. (Grifo nosso).

A história, que traz consigo elementos metodológicos para se consolidar cientificamente como campo do saber, distingue-se da memória, que contém traços mais livres e democráticos, no sentido de pertencer a todos e de ser evocada conforme o deleite do narrador. Le Goff (1990, p. 87) afirma que “A melhor prova de que a história é e deve ser uma ciência é o fato de precisar de técnicas, de métodos e de ser ensinada”.

A memória, por sua vez, pertence tanto ao individual como ao coletivo, e, além disso, é legítima, genuína, ainda que não necessariamente fidedigna. Isso significa que a memória tem uma relação estreita com a afetividade e que, quem recorda determinado evento, ainda que relate os fatos em discordância com aquilo que realmente ocorreu, não diminui a importância emocional presente quando de seu exercício.

A memória é um acalanto para o sujeito que lembra, pois lembrar-se de algo que passou simboliza resgatar aquilo que já foi vivido, trazendo à tona emoções então esquecidas. É natural do ser humano preservar a identidade referente a si mesmo e em relação à comunidade à qual está vinculado. O registro dos fatos é uma das formas de manter viva essa identidade. Hobsbawm (2012, p. 12) menciona que, “[...] sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. A manutenção desses laços fortalece o entendimento sobre aquilo que se é no presente, ou seja, a representatividade de cada um.

Baseamo-nos em Pollak (1992, p. 204) para esclarecer a que identidade nos referimos neste texto.

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Portanto, ao viver em grupo, o homem reforça sua identidade e, com ela, a visão e o entendimento que faz de si mesmo, o que leva a construir seus traços memoriais, que permitem que essa auto identificação como elemento social se consolide. Nas palavras de Catroga (2001, p. 22):

É que a memória também tem um papel *pragmático e normativo*. Em nome de uma história, ou de um património comum (espiritual e/ou material), ela visa inserir os indivíduos em cadeias de *filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os* em relação a *outros*, e exige-lhes, em nome da identidade do eu – suposta como entidade onnipresente em todas as fases da vida -, ou da perenidade do grupo, deveres e lealdades endógenas. Para isso, o seu efeito tende a traduzir-se numa *mensagem*, ou melhor, tende a interiorizar-se como *norma* [...]. (Grifos do autor)

História e memória possuem em comum a característica quanto à preservação daquilo que nós somos. Sem o resgate registral dos eventos passados e sem a evocação (afetiva), tem-se somente o presente, o agora. Porém, como esse tempo é efêmero, uma vez que, no mesmo instante em que é considerado, imediatamente começa a pertencer ao passado, ele é apenas uma convenção temporal que, na verdade, inexistente.

Talvez isso justifique a necessidade em criar tradições para perpetuar determinados costumes que se protraem no tempo, compondo rituais que, ao final, dão sentido à vida/sociedade, ao mesmo passo que preservam o laço com o passado, como se tudo fosse uma coisa só; algo que nunca deixou de ser feito e que continuará se repetindo por tempo indeterminado, ainda que minimamente modificado para melhor se contextualizar à atualidade. Nesse sentido, Hobsbawm (2012, p. 15) esclarece que “[...] a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”.

A reconstrução do passado se viabiliza também por meio dos ritos. Os ritos contribuem para a perpetuação da memória coletiva, que se configura em uma intersecção entre os indivíduos que, ora os assemelha uns aos outros (uma vez que se encontram inseridos em um mesmo contexto social), ora os distingue (já que a memória reforça a ideia de que as pessoas, na verdade, são sujeitos individualizados).

A memória coletiva, pautada nos estudos de Halbwachs (2006), reza que as lembranças nunca são individuais, pois o que lembramos resulta do convívio social e, diante de tal premissa, toda construção memorial está, necessariamente, ligada à sociedade na qual se vive e da qual não se pode dissociar como sujeito. Halbwachs (2006, p. 30) argumenta que “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós”.

História e memória se confundem e se complementam. A distinção principal entre elas se dá no âmbito documental e testemunhal. Enquanto a história se cerca de documentos que comprovam vestígios factuais, a memória recorre aos testemunhos para se perpetuar. Aquela

se amolda aos rigores científico-metodológicos. Esta, por sua vez, relaciona-se à confiança que se dá à testemunha, ainda que, ao relatar um fato histórico, na verdade, não representa a recordação de ninguém.

Chartier (2009, p. 21-22) estabelece a relação entre história e memória, ressaltando a contribuição de Ricoeur para esse entendimento:

A primeira é a que distingue o testemunho do documento. Se o primeiro é inseparável da testemunha e supõe que suas declarações sejam consideradas admissíveis, o segundo dá acesso a “acontecimentos que se consideram históricos e que nunca foram a recordação de ninguém”. Ao testemunho, cujo crédito se baseia na confiança outorgada à testemunha, opõe-se a natureza indiciária do documento. A aceitação (ou o repúdio) da credibilidade da palavra que testemunha o fato é substituída pelo exercício crítico, que submete ao regime do verdadeiro e do falso, do refutável e do verificável os vestígios do passado.

Seguindo o mesmo raciocínio, encontra-se Candau (2005, p. 75) que, ao comentar o pensamento de Nora (1984), resume a reflexão do autor “[...] na fórmula seguinte: a história é uma antimemória e, reciprocamente, a memória é uma anti-história”. As justificativas de Candau (2005, p. 75), ao citar Nora (1984), embasam-se nos seguintes argumentos:

A história prosa sempre: enquanto “a memória instala a lembrança no sagrado, a história desaloja-a”. Porque memória e história estão em oposição total, o “criticismo destrutivo” da segunda vai-se aplicar e reprimir e a destruir a primeira.

História e memória constituem percepções diferentes acerca de um mesmo evento. A primeira requer uma preocupação com a fidedignidade dos fatos, uma vez que seu papel científico consiste em se apropriar de elementos (documentais, principalmente) que permitam comprovar sua narrativa. Ao encontro dessa convicção repousa a memória, que se configura na evocação de uma reminiscência, individual ou coletiva, mas que, devido ao caráter genuinamente afetivo inerente ao sujeito que recorda, pode ou não trazer consigo componentes que escapem à realidade, tal qual ocorreu em um dado decurso de tempo. Para esse indivíduo, basta que o evento tenha ocorrido. Entretanto, a forma como será evocado certamente oscilará conforme o relato de cada narrador.

Hartog (2013, p. 26-27) ressalta que, a partir do século XIX houve o favoritismo quanto à separação entre história e memória,

[...] mas desta vez em nome do ideal de uma história no passado e apenas no passado: a história termina onde começa a memória. Somente há pouco tempo é que ocorreu uma reviravolta: a invasão do campo da história pela memória. Daí a obrigação de repensar a articulação das duas.

Entretanto, ambas as áreas se complementam e se auxiliam. Certeau (1982, p. 40), ao dissertar sobre discurso e realidade da história, ressalta as duas possibilidades daquilo que, de real, advém da história: o real conhecido, que consiste naquilo que é ressuscitado, e o real implicado, que sofre a influência da história como resultante do processo metodológico aplicado para a sua descoberta e construção, que é, ao final, o papel do historiador. O autor divide a história em dois tipos, sendo o primeiro “pensável” e o segundo “vivido”. Quanto a isso, esclarece Certeau (1982, p. 40-41) que:

A primeira dessas problemáticas examina sua capacidade de tornar pensáveis os documentos de que o historiador faz um inventário. Ela obedece à necessidade de elaborar modelos que permitam constituir e compreender séries de documentos: modelos econômicos, modelos culturais, etc. Esta perspectiva, cada vez mais comum hoje em dia, leva o historiador às hipóteses metodológicas de seu trabalho, à sua revisão através de intercâmbios pluridisciplinares, aos princípios de inteligibilidade suscetíveis de instaurar pertinências e de produzir “fatos” e, finalmente, à sua situação epistemológica presente no conjunto das pesquisas características da sociedade onde trabalha.

A outra tendência privilegia a relação do historiador com o vivido, quer dizer, a possibilidade de fazer reviver ou de “ressuscitar” um passado. Ela quer restaurar um esquecimento e encontrar os homens através dos traços que eles deixaram.

Esse passado a ser ressuscitado depende diretamente da memória. Tal qual afirma Halbwachs (2006, p. 73), ao distinguir duas memórias, sendo uma interior ou autobiográfica e outra exterior ou histórica, “[...] A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história em geral”.

Percebe-se que não é tão simples delimitar a intersecção entre as duas áreas. Talvez essa dificuldade justifique encontrarmos argumentos como os de Burke (2006, p. 69-70), que abaixo se lê:

Essa explicação tradicional da relação entre a memória e a história escrita, na qual a memória reflete o que aconteceu na verdade e a história reflete a memória, parece hoje demasiado simples. Tanto a história quanto a memória passaram a revelar-se cada vez mais problemáticas. Lembrar o passado e descrever sobre ele não mais parecem as atividades inocentes que outrora se julgava que fossem. Nem as memórias nem as histórias parecem mais ser objetivas. [...]

Traduzir em palavras eventos já passados, seja a partir da análise de documentos, seja por meio da narrativa feita por determinadas pessoas, configura-se em uma atividade complexa. Trazer à tona a reconstrução de eventos históricos se formaliza em uma ação de ordem subjetiva, a começar pelas escolhas daquilo que, sob o olhar do pesquisador, seja considerado suficientemente relevante para ser evocado.

Nesse sentido, Candau (2005, p. 60) comenta que a memória segue, necessariamente, um itinerário mental, onde o sujeito faz um percurso, buscando chegar a um destino que, no caso, configura-se na própria lembrança. Diz o autor que:

Toda a arte da memória assenta na construção de um sistema como este de lugares (*loci*) e de imagens. O orador define primeiro um itinerário a partir de uma série de lugares arquiteturais, fictícios ou reais; depois de ter aprendido de cor este itinerário, ele fabrica imagens das informações que ele quer memorizar e coloca-as nos diferentes lugares do itinerário [...].

A História, por resgatar os fenômenos ocorridos nas sociedades, é, naturalmente, fonte de conhecimento fértil para a memória, possuindo várias abordagens, seja pela via do patrimônio, cujos artefatos, por si só, encontram-se impregnados dela, seja pela história oral, através das narrativas, seja pela historicidade, que se dá através da construção, pelos sujeitos, de sua própria história, por meio das transformações que realizam no dia-a-dia, tanto individual como coletivamente.

Mesmo considerando as diferenças, que às vezes se mostram tênues, ambas caminham juntas - pelo menos no objetivo de preservação -, principalmente considerando-se que só é possível fazer história quando se traz à lembrança o fato rememorado, seja por que recurso for. Candau (2005, p. 74) constrói esse paralelo entre história e memória com muita propriedade, conforme é possível se verificar abaixo:

Não é possível haver história sem memorização e o historiador apoiar-se, regularmente, em dados memoriais. Se bem que a memória não seja história. Ambas são representações do passado *mas a segunda tem por objetivo a exatidão da representação enquanto a primeira não vai além do seu caráter verossímil*. [...] A história procura revelar as formas do passado, a memória modela-os, um pouco como faz a tradição. A primeira tem uma preocupação de ordenar, a segunda é atravessada pela desordem da paixão, das emoções e dos afetos. A história pode vir legitimar, mas a memória é fundadora. (Grifo nosso).

Ao final desses paralelos entre ambas as áreas em destaque nesta seção, é possível afirmar que a história se serve da memória para reconstituir eventos passados e estes

episódios restituem, constantemente, a presença da memória como instituto indispensável à própria existência humana, que se alimenta do passado para compreender o seu presente, considerando o passado como a identificação do homem para consigo mesmo, sendo este o sentido que será buscado nos trabalhos a serem analisados posteriormente.

3.3 MEMÓRIA NO SENTIDO SÓCIO ANTROPOLÓGICO

Maurice Halbwachs, sociólogo francês e discípulo de Durkheim, foi o primeiro estudioso a propor um conceito que levasse aos aspectos sociais de construção da memória. “[...] O autor mostra que é impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza a essa reconstrução que chamamos *memória*” (HALBWACHS, 2006, p. 7-8. Grifo do prefaciador).

Em comum, Halbwachs tem com a antropologia a observação da realidade social, só que a partir da análise da lembrança e da memória. Que é a memória, senão o que resulta das vivências adquiridas pelo convívio social, a partir da interseção do que é o homem, como sujeito individualizado e único, mas que, ao mesmo tempo, vive em uma comunidade com a qual se confunde, não sendo possível precisar onde termina o indivíduo e começa o ser social, que, por estar inserido em um grupo, apresenta comportamentos e contornos reproduzidos pelos demais?

Religiões, atitudes políticas, organizações administrativas carregam consigo dimensões temporais (“históricas”) que são outras tantas projeções voltadas para o passado e para o futuro e correspondem aos dinamismos mais ou menos intensos e acentuados dos conjuntos humanos – as paredes das cidades, as casas, as ruas das cidades ou as paisagens rurais trazem a marca efêmera da reciprocidade dessas construções. (HALBWACHS, 2006, p. 15).

Feitas essas considerações iniciais, é possível adentrar na antropologia propriamente dita. Trata-se da ciência que estuda o comportamento físico, social e cultural do homem quando inserido em um determinado grupo. Ao antropólogo interessa o comportamento do todo e não a observação particularizada de um indivíduo. Mello (2009, p. 34), ao introduzir o tema da antropologia e as áreas com as quais se comunica, esclarece que:

A antropologia é comumente definida como o estudo do homem e de seus trabalhos. Assim definida, deverá incluir algumas das ciências naturais e todas as ciências sociais; mas, por uma espécie de acordo tácito, os

antropólogos tornaram como campos principais o estudo das origens do homem, a classificação de suas variedades e a investigação da vida dos chamados povos primitivos.

A reflexão antropológica não é recente, encontrando seus primeiros traços ainda na antiguidade clássica, a partir das reflexões de filósofos como Heródoto, Aristóteles e Xenofonte, na Grécia, e de Lucrécio e Tácito em Roma, que, desde então, preocupavam-se com suas relações para com eles próprios e com os demais, com quem conviviam.

Entre os séculos XVI e XIX formou-se uma literatura etnográfica sobre a diversidade cultural, através de relatos de viagens, registrados por comerciantes, exploradores etc., por meio de cartas, diários e relatórios. Nesses documentos eram descritos a fauna e a flora locais, bem como as crenças e os hábitos do povo “descoberto” (SILVA, V., 2014). Tais anotações registravam as primeiras impressões desses exploradores, que se impactavam com as visões sobre outros povos, com culturas completamente distintas das que eles conheciam e que, portanto, acreditavam ser o referencial para os demais.

Séculos depois, mais precisamente no século XIX, em decorrência de fatos históricos relevantes, como a revolução industrial, por exemplo, e a efervescência do cientificismo e da busca pelo progresso, a antropologia tomou forma de disciplina autônoma, incluindo suas subdivisões. O pensamento antropológico, que se encontrava inserido nesse novo contexto, sofreu grandes influências dessas transformações, incorporando, aos seus objetos de pesquisa, temas como a cultura e a etnografia.

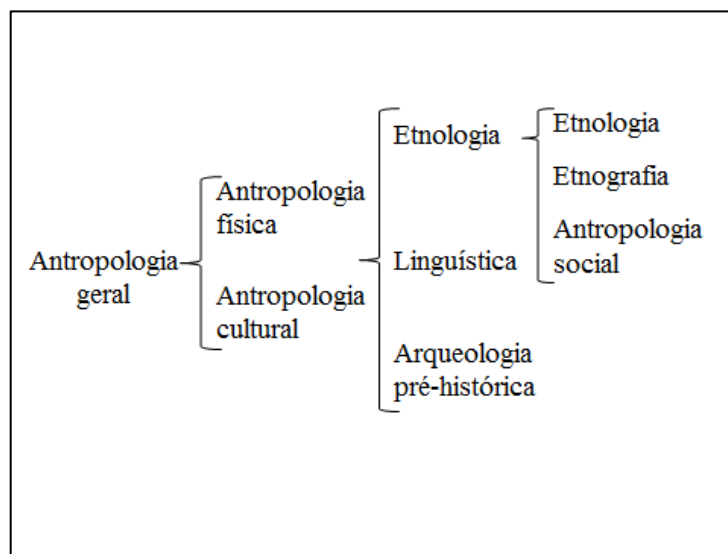
Vagner Silva (2014) apresenta uma divisão referente aos principais paradigmas e escolas de pensamento da antropologia, citando o evolucionismo social e a Escola Sociológica Francesa, ambas do século XIX, e o funcionalismo, o culturalismo norte-americano, o estruturalismo, a antropologia interpretativa e a antropologia pós-moderna ou crítica, todas do século XX.

Dos relatos de viagem, passou-se à sistematização do conhecimento então acumulado sobre os “povos primitivos”, cujo foco era a observação da psique humana e a evolução das sociedades. Maine, Spencer, Tylor, Morgan e Frazer são alguns dos nomes mencionados por Vagner Silva (2014) que se destacaram como representantes do evolucionismo social.

Na Escola Sociológica Francesa os fenômenos sociais passaram a ser objeto de investigação sócio-antropológica. Em 1895, o sociólogo Émile Durkheim (2007) publicou a obra *As Regras do Método Sociológico*, onde definiu fato social e determinou regras para sua observação, a partir da preocupação em caracterizar e definir um método aplicável aos estudos dos fenômenos sociais.

Como os demais campos do conhecimento, a antropologia também se subdivide em grupos de estudos mais específicos, com o fim de restringir seu campo de atuação e facilitar a compreensão do fenômeno observado. Mello (2009, p. 36) aponta uma das divisões da antropologia. Esta, apresentada por Félix Keesing (1972) é composta pelos subcampos descritos a seguir:

Quadro 4 – Divisão da Antropologia



Fonte: MELLO, 2009, p. 36

Conforme dito anteriormente, ao antropólogo interessa o todo e não a unidade, ou seja, a observação de uma comunidade e não a contemplação do homem restrito ao seu *habitat*, comportando-se isoladamente.

A Antropologia geral, que se subdivide entre antropologia cultural e física, tem por objeto de estudo “[...] os aspectos biológicos do homem, misto de história natural e ciência natural do homem. A ela interessa não só o estudo das populações hodiernas, mas também o estudo da evolução da espécie humana [...]” (MELLO, 2009, p. 36).

A antropologia cultural observa o comportamento do homem em sociedade, verificando os diversos aspectos que o caracterizam a ser como é. Esse ramo do conhecimento se ocupa em observar tudo o que se relaciona à cultura humana, sendo que o primeiro conceito de cultura registrado tem autoria de Edward Tylor, que significa que:

[...] tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (TYLOR, 1871, p. 1 APUD LARAIA, 2008, p. 25).

As demais áreas – Etnologia, Linguística e Arqueologia pré-histórica – interessam à antropologia por fornecerem informações necessárias ao entendimento daquilo que o antropólogo se dispõe a compreender. A etnologia é a chamada “ciência do povo” (MELLO, 2009, p. 38). A linguística, tanto no que diz respeito à língua de povos ágrafos como no que concerne à escrita, oferece ao pesquisador os elementos indispensáveis à realização do estudo em desenvolvimento.

O desconhecimento da língua não só dificulta a comunicação entre o pesquisador e a comunidade pesquisada, como embaraça a formação de um entendimento mais aprofundado do contexto ao qual está inserido. Finalmente, a antropologia pré-histórica diz respeito às descobertas arqueológicas, conhecimento este que é importante ao antropólogo que estuda artefatos ou esqueletos encontrados, por exemplo.

A convergência entre memória e antropologia se dá na antropologia da memória, área do conhecimento que se encontra inserida na antropologia cultural. No que concerne ao tema, Mello (2009, p. 37) esclarece que “[...] dentro da cultura estão assuntos relacionados com política, religião, arte, artesanato, economia, linguagem, práticas e teorias, crença e razão, um mundo realmente de aspectos os mais complexos”, tornando a cultura uma temática bastante abrangente, podendo ser abordada por várias perspectivas.

No dizer de Candau (2005, p. 11):

Empenhar-se numa antropologia da memória, é tomar em conta o próprio processo memorial na sua dupla dimensão: o seu lado ensolarado, a recordação e o seu lado sombrio, ou seja, aquilo que permanece opaco, na penumbra, esquecido ou o que está ausente da memória, que nunca é penetrado, por razões que é preciso explicitar.

Um dos recursos que auxiliam no resgate dessa memória antropológica repousa no patrimônio, que é estudado na antropologia da memória. Dentro dessa categoria é possível analisá-lo por dois panoramas: um que diz respeito a elementos materiais, e outro que está relacionado a bens imateriais. Ambos, no entanto, convergem para a mesma direção, de preservar algo considerado representativo para uma determinada sociedade, por ser carregado de elementos que remetem a um fato e/ou a personalidades que, por algum motivo, não devem ser esquecidos.

A concepção moderna de patrimônio, na visão de Gonçalves (2005), pode ser ventilada sob os aspectos da ressonância, materialidade e subjetividade.

Greenblatt (1991) *apud* Gonçalves (2005, p. 19) considera a ressonância como:

[...] o poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante.

Em outras palavras, na visão do autor, é importante que o patrimônio ecoe e ultrapasse determinados limites para que se consolide nesse sentido, como forma de ter reconhecidas as características patrimoniais do elemento, balizando-o como tal.

A materialidade é outra característica do patrimônio que, de tão forte, uma vez que um elemento, para assim ser, deve estar materializado e palpável, que acabou por criar a categoria do imaterial para os demais, que não se encontrem no padrão então estabelecido.

A antropologia da memória, portanto, encontra-se ancorada nos vestígios, únicas fontes de informação para remontar a história passada, vivendo uma constante dicotomia onde, ao depender de tais indícios, incorre na possibilidade de se equivocar no processo de reconstrução, sendo traída por eventos não ocorridos ou que não aconteceram tal qual se supôs. Como ressalta Mello (2009, p. 142), "[...] sua incompletude apela à reconstrução feliz daquilo que já não existe com o risco inerente da invenção ou da alteração [...]".

Todos os institutos relacionados às características de um grupo estão relacionados à sua cultura, no sentido antropológico. Existem, assim, vários estudos nesse sentido, uma vez que é possível perceber comportamentos completamente distintos entre homens de diferentes sociedades. Os hábitos culinários, a linguagem, as indumentárias, a fé e a religião são apenas alguns dos inúmeros exemplos que comprovam essa assertiva.

Tomamos por fato social o conceito apresentado por Durkheim (2007, p. 1), para concluir que não há como existir um padrão social de comportamento repetido em todas as sociedades. Estas são únicas em sua diversidade. Para o sociólogo, a qualificação de fato social:

[...] é empregada correntemente para designar mais ou menos todos os fenômenos que se dão no interior da sociedade, por menos que apresentem, com uma certa generalidade, algum interesse social. Mas, dessa maneira, não há, por assim dizer, acontecimentos humanos que não possam ser chamados sociais.

Ao analisar o homem em um grupo, surgem várias questões sobre seu real desenvolvimento, no que diz respeito àquilo que é inevitável, a saber: se se comporta de tal maneira por herança genética, independente das influências socioculturais que repousam sobre ele, ou se apresenta determinadas reações ante a realidade em decorrência de um corpo

cultural que sobre ele pesa, bagagem herdada de seus antecessores, de quem recebeu os ensinamentos sociais que o tornaram o que é no presente.

Lévi-Strauss (1982, p. 42) lança questões relacionadas à natureza e à cultura ao indagar onde uma termina (natureza) e a outra começa (cultura), ventilando, como solução hipotética ao problema, a possibilidade de “[...] isolar uma criança recém-nascida e observar suas reações a diferentes excitações durante as primeiras horas ou os primeiros dias depois do nascimento”, donde admite a seguinte resposta: “Poder-se-ia então supor que as respostas fornecidas nessas condições são de origem psicobiológica, e não dependem de sínteses culturais ulteriores”.

Diante das naturais dificuldades impostas por tal método de pesquisa, conclui o antropólogo que “[...] permanece sempre aberta a questão de saber se a reação estudada está ausente por causa de sua origem cultural ou porque os mecanismos fisiológicos que condicionam seu aparecimento não se acham ainda montados, devido à precocidade da observação” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 42). E, por fim, assevera que “[...] nenhuma análise real permite apreender o ponto de passagem entre os fatos da natureza e os fatos da cultura, além do mecanismo de articulação deles” (p. 47).

Independente de tais respostas, é possível perceber e afirmar que, como objeto de estudo, dificilmente o homem pode ser dissociado de sua cultura, uma vez que é ela que o identifica, a partir das características comportamentais por ele apresentadas em todos os âmbitos do convívio social.

Pode-se afirmar que a memória de um grupo é o registro de si mesmo e da identidade que possui. Os hábitos e costumes de um povo dizem muito sobre ele e se relacionam à sua cultura, entendendo-se esta como uma forma particularizada de se identificar o grupo. “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura” (LARAIA, 2008, p. 68).

Em outras palavras, a cultura representa todo o corpo de atividades relacionado a tudo o que o homem desenvolve em sua comunidade. Àquilo que elabora *com* o grupo, *a partir do* grupo, *pelo* grupo e *para* o grupo. Essa construção é transferida naturalmente pelas gerações, refletindo os traços identitários sociais, reforçados justamente pela cultura, que atua como um elo de afinidade, onde os sujeitos se compreendem por meio dela.

Feitas essas considerações iniciais em antropologia, é possível voltar o texto para o âmbito da antropologia da memória, o que requer, antecipadamente, fazer uma breve reflexão

sobre os elementos que propiciam sua ambientação. Trata-se de elementos orgânicos, morfológicos, como o cérebro humano, que oferece a condição apropriada para a manifestação da memória, e os elementos ambientais, que envolvem o contexto geográfico, social e cultural.

Para Candau (2005, p. 25):

[...] o pensamento e a memória são competências que apenas são tornadas possíveis graças às interações sociais e culturais. Estas vão permitir o estabelecimento e a partilha dos conhecimentos, das crenças, das convenções, a compreensão das imagens, de metáforas, a elaboração e a confrontação de raciocínios, a transmissão de emoções, de sensações e de sentimentos, etc.

Cada pessoa é um universo, sendo suas particularidades moldadas a partir das inter-relações que cada um estabelece entre os demais, quando do convívio em sociedade. Assim, uma pessoa, considerados todos os seus pormenores, apresentaria um comportamento X ao viver em uma sociedade A, e um comportamento provavelmente distinto (Y), ao conviver com indivíduos de uma sociedade B. Nesse sentido, esclarece Alencar (2011, p. 71) que:

O indivíduo se desenvolve e atua como um membro de uma raça ou um grupo social. Sua forma física é determinada pela sua ancestralidade e pelas condições em que vive. As funções do corpo, quando controladas pela configuração corporal, dependem das circunstâncias externas. [...] Muitos exemplos podem ser dados para demonstrar que as pessoas essencialmente com a mesma descendência se comportam diferentemente em diferentes tipos de configuração social. As reações mentais dos indígenas do planalto ocidental, um povo de cultura simples, difere das dos antigos mexicanos, um povo da mesma raça, mas de organização mais complexa.

Assim, a construção sociocultural de cada povo consolida a memória que tais sociedades irão formar com o passar do tempo. Essa memória muda individual e coletivamente, numa construção ininterrupta. Nesse sentido, Candau (2005, p. 22) afirma que “[...] a memória é o resultado de um processo de recategorização contínua”.

Em termos de memória humana, deve ser considerado que:

1. Do ponto de vista orgânico, espera-se que todos os seres humanos apresentem elementos cerebrais dentro de um modelo similar.
2. Em se tratando de um padrão cerebral, mais precisamente das atividades para as quais esse órgão existe, espera-se que as sinapses ocorram de forma semelhante, seja no indivíduo A ou no indivíduo B, desde que tais sujeitos se encontrem em

um padrão organicamente estável, previamente estabelecido, e cujo comportamento físico atenda a demandas anteriormente prescritas.

A partir dessa situação hipotética, seria possível afirmar que, em apresentando aos dois indivíduos a mesma situação, ambos responderiam da mesma forma? Possivelmente não. Em se tratando de seres vivos, e, neste caso, do homem, há variações até mesmo nas populações neurais, embora seja importante ressaltar que exista um padrão variavelmente esperado, dentro dos parâmetros considerados normais.

Segundo a Teoria da seleção dos grupos neurais, “[...] a memorização nunca é estereotipada mas cambiante em função das evoluções próprias das populações neurais implicadas nas categorizações originais” (CANDAU, 2005, p. 21).

Finalizando o raciocínio:

Com efeito, o pensamento e a memória são competências que apenas são tornadas possíveis graças às interações sociais e culturais. Estas vão permitir o estabelecimento e a partilha dos conhecimentos, das crenças, das convenções, a compreensão das imagens, de metáforas, a elaboração e a confrontação de raciocínios, a transmissão de emoções, de sensações e de sentimentos, etc. (CANDAU, 2005, p. 25).

[...]

De um ponto de vista antropológico, podemos afirmar que mesmo que ela estivesse fundada biologicamente, a tese da conservação seria tão pouco pertinente como o é em museografia, onde se sabe muito bem que a percepção que o visitante tem dos objetos conservados tem pouca coisa a ver com a sua significação original [...]. (CANDAU, 2005, p. 49).

Portanto, ao nos reportarmos à memória no sentido antropológico, baseamo-nos em Candau (2005), entendendo que estaremos nos relacionando com temas tais como memória e identidade, memória e patrimônio, monumentos, memória genealógica, tradições, rituais, lugares de memória/memória dos lugares.

Em outras palavras, é possível afirmar que, no sentido antropológico, a memória está relacionada ao caráter material do patrimônio, que repousa em institutos táteis, tais como os museus, as bibliotecas, os monumentos, dentre outros. No que concerne ao caráter imaterial, relaciona-se com a cultura, que passou a ser admitida como uma forma de resgate memorial. É esta a tendência da moderna antropologia da cultura que, nas palavras de Gonçalves (2005, p. 21), aceita a ideia de que “[...] a noção de cultura expressa a moderna concepção antropológica de cultura, na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações

simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas”. E será este o sentido buscado nos trabalhos a serem analisados a partir de então.

4 OS ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA NO PPGCI/UFPB

De acordo com tudo o que foi exposto até este momento, é possível afirmar que a memória é um dos temas de interesse da CI. Contudo, é sabido que, para comprovar aquilo que se afirma, sobretudo em um trabalho acadêmico, é preciso utilizar metodologias adequadas e, muito comumente, recorrer a números para basilar as argumentações apresentadas.

Não é o momento de levantar o debate sobre a suposta superioridade comprobatória da abordagem quantitativa em detrimento da qualitativa. Sabe-se que cada tratamento dado à informação tem sua razão de ser e objetivos claros, que vão ao encontro daquilo que se pretende defender. Neste trabalho, especificamente, a intenção é de aliar as duas perspectivas, fazendo com que uma possibilite à outra uma melhor compreensão daquilo que se busca concluir.

Para recobrar a intenção deste trabalho, pretendeu-se verificar como é vista a memória no âmbito da CI, mais precisamente o seu conceito. Para alcançar este objetivo, inicialmente filtrou-se o curso de onde seriam extraídos trabalhos de conclusão que versaram sobre a temática em questão. Escolheu-se o PPGCI/UFPB por ter uma linha denominada Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação e pela afinidade e afeição pelo curso, uma vez que a autora que ora subscreve faz parte da referida linha. Finalmente, selecionaram-se os trabalhos, que foram posteriormente analisados, no afã de buscar um conceito de memória em comum. É sobre o resultado desse estudo que discorreremos nas próximas páginas.

4.1 AS DISSERTAÇÕES SOBRE MEMÓRIA NO PPGCI/UFPB

Em cumprimento ao primeiro objetivo específico – Mapear as dissertações defendidas no PPGCI/UFPB que se utilizam do conceito de memória, no período compreendido entre 2009 e 2014 –, foram recuperados somente trabalhos da linha de Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação e, dentro dela, aqueles que versaram sobre a temática memória, estivesse o termo registrado no sumário e/ou nas palavras-chave dos respectivos resumos dos trabalhos. Esse filtro resultou em um total de 26 (vinte e seis) dissertações.

Nos Quadros 5 ao 10 foram discriminados, respectivamente, o título da dissertação e a localização do termo *memória* no trabalho – se no título, nas palavras-chave do resumo e/ou se no sumário. A autoria dos trabalhos foi omitida por ser irrelevante para a pesquisa em tela. Obedecendo aos critérios de seleção aqui apresentados, coletaram-se os seguintes dados:

Quadro 5 – Dissertações de 2009 que abordam a temática memória

2009		
Autor	Título da dissertação	Termo <i>memória</i>
1	A (cons)ciência da responsabilidade social e ét(n)ica na produção de conhecimento sobre o(a) negro(a) em programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba: aborda a memória histórica do PPGCI	Sumário
2	Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB	Palavras-chave Sumário
3	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações: uma estratégia de preservação da memória	Resumo Palavras-chave
TOTAL		3

Fonte: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB

Quadro 6 – Dissertações de 2010 que abordam a temática memória

2010		
Autor	Título da dissertação	Termo <i>memória</i>
4	Informação, imagem e memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra na Biblioteca da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri	Palavras-chave Sumário
5	Arquivo literário José Lins do Rêgo: lugar de memória e de informação	Palavras-chave Sumário
6	O lapso da memória: um estudo sobre a preservação digital e o acesso a uma hemeroteca jornalística	Palavras-chave Sumário
7	Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto “A cor da Cultura”	Palavras-chave Sumário
8	Arquivos judiciais: uma proposta de organização do acervo de caráter permanente	Palavras-chave Sumário
TOTAL		5

Fonte: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB

Quadro 7 – Dissertações de 2011 que abordam a temática memória

2011		
Autor	Título da dissertação	Termo <i>memória</i>
9	Acesso e memória: a informação nos arquivos das arquidioceses da Paraíba e de Olinda/Recife	Palavras-chave Sumário
10	Mitos da cultura africana: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatutua	Palavras-chave Sumário
11	Vozes do silêncio: memória, representações e identidades no Museu do Ceará	Palavras-chave Sumário
12	Construção e análise do inventário do patrimônio religioso paraibano: informação como representação social	Palavras-chave Sumário
13	Jornal “A Imprensa” como fonte de informação e memória	Palavras-chave

	da produção editorial paraibana no século XX (1912 a 1942)	Sumário
14	Práticas informacionais em contexto museológico: o Museu Casa de José Américo	Palavras-chave Sumário
TOTAL		6

Fonte: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB

Quadro 8 – Dissertações de 2012 que abordam a temática memória

2012		
Autor	Título da dissertação	Termo <i>memória</i>
15	Proposta de categorização dos ex-votos do Casarão: o museu vivo do Padre Cícero em Juazeiro do Norte-CE	Palavras-chave
16	Rede humana de relações: relações de sociabilidade a partir do acervo de José Simeão Leal	Sumário
17	Memória exercitada: o direito de acesso a informações no âmbito dos arquivos permanentes	Sumário
18	Informação e arte: memórias e representação do acervo do Núcleo de Arte Contemporâneo da Paraíba	Palavras-chave Sumário
TOTAL		4

Fonte: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB

Quadro 9 – Dissertações de 2013 que abordam a temática memória

2013		
Autor	Título da dissertação	Termo <i>memória</i>
19	A informação patrimonial e a construção da memória: uma análise das estratégias de preservação da memória do IPHAN e do IPHAEP	Palavras-chave Sumário
20	Memória da produção editorial científica da EDUFRRN: 1962 a 1980	Sumário
21	Fontes iconográficas e memória afrocêntrica: análise da informação étnico-racial a partir do ensaio fotográfico Engenhos e Senzalas	Palavras-chave
22	Memória esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba	Palavras-chave Sumário
TOTAL		4

Fonte: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB

Quadro 10 – Dissertações de 2014 que abordam a temática memória

2014		
Autor	Título da dissertação	Termo <i>memória</i>
23	Os estudos de usuários nos programas de pós-graduação em ciência da informação do nordeste	Sumário
24	Informações epistolares: memórias em envelopes	Palavras-chave Sumário
25	Patrimônio cultural, memória e preservação: identificação e	Palavras-chave

	mapeamento dos bens culturais do Vale do Gramame, João Pessoa - PB	Sumário
26	Imagem, memória e identidade: o acervo imagético da escola Viva Olho do Tempo, Vale do Gramame - Paraíba	Palavras-chave Sumário
TOTAL		4

Fonte: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB

Com base nos objetivos específicos apresentados para a pesquisa, fez-se o levantamento acima apresentado por meio do acervo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB). Para tanto, foram escolhidas as dissertações defendidas entre janeiro de 2009 até a dissertação mais recente de 2014. Vale ressaltar que, como o PPGCI iniciou suas atividades somente em março de 2007 com uma turma de quinze alunos, no ano seguinte, 2008, não houve dissertações defendidas.

A partir desses resultados, passou-se à segunda etapa da pesquisa, que compreendeu a leitura desses trabalhos, para detecção dos possíveis conceitos atribuídos à memória no contexto da CI, ação essa que consistiu no cumprimento do segundo objetivo específico proposto – Localizar os conceitos de memória encontrados nas dissertações da linha de pesquisa Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação.

O terceiro e último objetivo – Identificar os referenciais teóricos de memória usados nas dissertações – será apresentado posteriormente, tendo sido viabilizado por meio das leituras dos trabalhos em questão. Vale enfatizar que todos os trabalhos que apresentaram conceito(s) para memória, fizeram-no com base em renomados estudiosos da área. Contudo, ainda não existe um conceito próprio da CI para tal, mas uma apropriação de entendimentos advindos de outras áreas, cujas tendências recaem para a Sócio Antropologia e a História, ramos do conhecimento que oferecem à memória um sem-número de possibilidades de abordagens de estudo.

Outra observação importante a se apresentar, que será detalhada mais adiante, é que, muito embora o termo *memória* apareça em títulos de capítulos e seções (quando não intitula o próprio trabalho), não necessariamente se verifica o tema centralizando a narrativa do mestrando. Nesses casos, foi possível observar, em algumas passagens, que sequer a memória fora mencionada no texto, exceto pelo título do capítulo ou da seção. Isso pode significar que, ou o autor do trabalho utilizou o termo associando-o à *história* de determinada personalidade ou lugar sobre o qual discorreu, não se importando, necessariamente, em aprofundar o tema em si, ou o termo vem sendo utilizado em referência a qualquer coisa ou situação que remeta a um passado, registrado ou não.

Para avaliar as dissertações de uma forma mais objetiva, foi necessário selecionar um corpo de autores utilizado em cada “sentido de memória”, que são os sentidos apresentados logo abaixo, mais precisamente no Quadro 11. Ou seja, escolheu-se um grupo de autores para o sentido filosófico, outro para o sentido histórico e um para o sentido antropológico de memória. Esse critério foi determinado pelo reconhecimento de teóricos indispensáveis no que diz respeito ao estudo da memória, tais como Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Jacques Le Goff, e por afinidade teórica, a exemplo de Joël Candau, autor bastante citado neste trabalho. Os autores relacionados no Quadro 11 foram os escolhidos para serem localizados nas dissertações analisadas. Além disso, só foram destacados das dissertações estudadas os autores estudiosos da memória, sendo os demais ignorados para os fins desta pesquisa.

Outros autores que por ventura tenham sido mencionados mas não citados, como Kant, por exemplo, foram excluídos da lista, não por não serem considerados importantes, mas porque o critério de escolha foi o da “coincidência” de citação. Assim, somente autores com citações – diretas ou indiretas – expostas nesta dissertação, e que têm alguma relação direta com estudos sobre a memória, foram selecionados para a busca nos demais trabalhos.

O critério por autoria foi a forma viável escolhida para pontuar, nas dissertações lidas, se houve a mesma convergência de pensamento com relação ao entendimento aqui exposto para a memória. Na verdade, como estamos pousando no solo da subjetividade, a reverberação de autoria foi a forma encontrada para assinalar com maior facilidade os conceitos aqui buscados.

Com o desenrolar da pesquisa, naturalmente foi sendo desenhado um percurso bibliográfico, onde foram localizados alguns autores consagrados na área de memória que, na nossa compreensão, apresentam ideias consistentes acerca do tema e, por isso, foram reafirmando a convicção quanto à escolha deles para compor os grupos relatados no parágrafo anterior. No Quadro 11 é possível visualizar o sentido de memória buscado em cada área do conhecimento, bem como os autores que escolhemos para cada um deles.

Quadro 11 – Relação entre sentido, conceito de memória e autores que estudam o tema

SENTIDO DE MEMÓRIA	CONCEITO PARA REFERÊNCIA	PRINCIPAIS AUTORES
FILOSÓFICO	O pensar filosófico representa o exercício constante da reflexão. Essa meditação suscita questionamentos acerca do cotidiano e da experiência humana, sempre buscando a verdade, ainda que esta seja inalcançável, ao se considerar a realidade como algo que	ARISTÓTELES CHAUÍ, Marilena BACHERLARD, Gaston HEIDEGGER, Martin GARCIA, Francisco Antonio LUCKESI, Cipriano

	se modifica ininterruptamente. Em sendo a memória o mecanismo que dá suporte ao que se tem/é no presente, é este o sentido existente entre a filosofia e a memória.	PASSOS, Elizete RICOEUR, Paul
HISTÓRICO	A história se serve da memória para reconstituir eventos passados e tais episódios restituem, constantemente, a presença da memória como instituto indispensável à própria existência humana, que se alimenta do passado para compreender o seu presente, sendo este passado a identificação do homem para consigo mesmo, e sendo este o sentido que será buscado nos trabalhos a serem analisados posteriormente.	BURKE, Peter CERTEAU, Michel de CHARTIER, Roger HARTOG, François HOBSBAWM, Eric LE GOFF, Jacques NORA, Pierre POLLAK, Michael
SÓCIO ANTROPOLÓGICO	A memória diz respeito à capacidade humana de reter informações relacionadas a experiências vividas no passado. Além disso, o sentido antropológico de memória está relacionado à cultura e à identidade do indivíduo e às suas vivências com o grupo ao qual está socialmente engajado.	ALENCAR, Breno AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de CANDAU, Joël CATROGA, Fernando DURKHEIM, Émile GONÇALVES, José Reginaldo HALBWACHS, Maurice LARAIA, Roque LÉVI-STRAUSS, Claude MELLO, Luiz Gonzaga de OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de SILVA, Vagner

Fonte: A autora (2015)

Como se trata de trabalhos oriundos das Ciências Sociais Aplicadas e, portanto, com uma redação carregada de subjetividade², entendemos que o rastreio por autor da área de memória seria um indício suficientemente consistente para orientar nossa interpretação que, embora nunca vá ser igual à dos colegas, em muito poderá se aproximar por essa afinidade referencial. Desse modo, apresentam-se a seguir as análises das dissertações com as respectivas referências bibliográficas de cada um dos trabalhos.

² Vale ressaltar que algumas dissertações analisadas, embora tratem de memória, não comentam o tema nem sequer citam autores estudiosos da área. Referidos trabalhos não foram excluídos da apresentação dos resultados, mas, nesses casos, foi registrada essa ressalva.

4.2 OS SENTIDOS DO CONCEITO DE MEMÓRIA NAS DISSERTAÇÕES DO PPGCI/UFPE

Na mesma linha metodológica do que foi apresentado até então, vale citar um dos trabalhos apresentados no XV Enancib, realizado de 27 a 31 de outubro de 2014 em Belo Horizonte/MG. Trata-se de um pôster, resultado da pesquisa de um mestrando do PPGCI/UFPE – Rafael Silva da Câmara -, publicado nos Anais do Encontro. O intuito do referido trabalho consistiu em verificar como a memória vem sendo estudada nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, por meio da análise das bibliografias indicadas pelos professores que se dedicam ao estudo do tema em questão. Diz o autor do pôster:

O tema memória vem sendo eventualmente analisado como objeto de estudo, pesquisa e ensino no âmbito da CI, especialmente nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Deste modo, um olhar sobre as bibliografias adotadas, disseminadas e recomendadas nas disciplinas dos programas de pós-graduação em CI no Brasil se faz viável, ensejando reflexões que colaboram com o diálogo e a compreensão das ideias por elas veiculadas. [...]. (CÂMARA, 2014, p. 5.117).

Trabalhos dessa ordem reafirmam a preocupação em investigar a incidência de estudos sobre memória, uma vez que ainda estamos buscando uma identidade própria, oriunda da CI, para conceituá-la. Essa conquista só será possível quando se esgotarem as pesquisas nesse sentido e forem satisfeitas as orientações advindas de áreas afins. Quando atingirmos esse amadurecimento, será possível não só conceituar memória nesse contexto, mas, sobretudo, avançar em novas investigações que permitam à CI fortalecer suas raízes como ramo do conhecimento.

Dito isto, apresentaremos a seguir as análises das dissertações lidas. A identificação dos autores das dissertações também não foi revelada nesta etapa, por entendermos que se faz desnecessária, uma vez que o destaque que se pretende dar neste momento é para as citações que foram feitas nos respectivos trabalhos. Desse modo, os autores das dissertações serão identificados somente por números. O ano, os autores citados por eles e os comentários feitos – alguns extraídos *ipsis litteris* dos trabalhos, outros oriundos de nossa própria interpretação – também serão destacados nos quadros abaixo. Vale lembrar que só foram apontados os autores (citados) que tem relação direta com estudos sobre memória, tendo sido ignorados os demais.

Houve algumas dissertações que, embora aparentemente indicassem que iriam pesquisar o tema, resumiram-se a relatar fatos históricos referentes a uma personalidade ou um lugar. Ainda assim, optamos por mantê-las no quadro, por crermos que podem ser importantes para a formação desse retrato que buscamos desenhar. Segue o quadro.

Quadro 12 – Análise das dissertações do PPGCI/UFPB

AUTOR	
1	Autores selecionados da dissertação Não citou nenhum dos autores previamente escolhidos para compor esta lista.
	Comentários Aborda a memória histórica do PPGCI. Contudo, embora resgate a memória dos cursos de pós-graduação do Nordeste, não menciona nenhum conceito específico para tal. Narra a história referente à formação dos referidos cursos. Autores citados: Aquino (2001), Brookes (1980), Castells (1999), Cunha Júnior (2009), Dias e Pinheiro (2007), Fausto Neto (2002), González de Gómez (2002), Jonas (2006), Marteleto (2002), Nascimento (2008), Oliveira (2006), Pinheiro (2005), Pinto (2009), Rodrigues (2007), Souza (2006), Santos (2001), Tálamo e Smit (2007) e Wersig e Nevelling (1993).
	Sentido predominante -
2	Autores selecionados da dissertação Azevedo Netto (Sócio antropológico) Certeau (Histórico) Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico)
	Comentários Apropria-se das ideias de Diehl (2002) para compreender o conceito de memória e seleciona a memória social para dar continuidade ao trabalho. Apropria-se do sentido histórico da memória, ao mencionar a história oral e os arquivos orais. Também relaciona memória e cultura e memória e informação (Thiesen), mas prevalece o entendimento de memória no sentido histórico. Também constrói paralelos como memória-história (Foucault, Diehl, Halbwachs e Le Goff), memória-identidade (Catroga, Diehl, Hall e Le Goff), memória-cultura (Chauí, Couche, Silva, Morin, Bastos, Azevedo Netto), memória-patrimônio (Halbwachs) e memória-informação (Silva, Le Coadic, Costa, Azevedo Netto, Von Simson, Le Goff). Contudo, esse percurso é feito somente para embasar o conceito de instituições-memória, que são o centro dessa dissertação. Nesse conceito, a autora trabalha com a perspectiva sócio antropológica, uma vez que se refere ao caráter material do patrimônio, que se relaciona a esse sentido de memória.
	Sentidos predominantes HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO

3	Autor selecionado da dissertação	Laraia (Sócio antropológico)
	Comentários	Cita Laraia (2006) associando à cultura a capacidade humana de memorizar fatos. Cita outros autores como Havelok (1996), Ortega y Gasset (2006) e Tylor <i>apud</i> Laraia (2006). Toma a memória pelo contexto sócio antropológico, bem como esclarece as formas rudimentares de exercício da memorização, como os gregos faziam.
	Sentido predominante	SÓCIO ANTROPOLÓGICO
4	Autores citados na dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico)
	Comentários	Inicia a abordagem do tema fazendo o paralelo entre memória e informação, logo após citar Oliveira e Azevedo Netto (2007). Porém, ao reconstruir a memória da CI, restringe-se aos autores da Ciência da Informação, não citando nenhum autor clássico estudioso da memória, como Halbwachs ou Le Goff, por exemplo. O mais perto que chega da memória se dá através de Oliveira e Azevedo Netto. O único conceito utilizado pela autora para memória foi o de Oliveira e Azevedo Netto (2007). Com exceção deste, não foi detectado nenhum sentido específico para conceituar memória.
	Sentido predominante	SÓCIO ANTROPOLÓGICO
5	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Catroga (Sócio antropológico) Certeau (Sócio antropológico) Halbwachs (Sócio antropológico) Nora (Histórico) Pollak (Histórico)
	Comentários	Relaciona memória e cultura e, em seguida, associa também à história. Apresenta uma seção onde relaciona memória e história. Cita, ainda, Gonçalves (1999), Halbwachs (2006), Diehl (2002) e Nora (1993). Em seguida, disserta sobre identidade. Nessa sequência, cita Colombo (1991) e Hall (2006). Mais adiante, ao citar Darton (2003), apresenta conceito antropológico ligado ao patrimônio material, similar ao proposto nesta pesquisa, quando menciona arquivos, museus e bibliotecas. Conceitua memória arquivística. Toda a narrativa é construída para adentrar no tema sobre a memória arquivística, uma vez que o trabalho tem o intuito de comentar o arquivo literário José Lins do Rêgo.
	Sentido predominante	SÓCIO ANTROPOLÓGICO
6	Autores selecionados	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Burke (Histórico)

	da dissertação	Catroga (Sócio antropológico) Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Nora (Histórico)
	Comentários	Apresenta o paralelo memória-história. Com base em Halbwachs (1990), defende o jornalismo como meio de preservação da memória coletiva, através dos registros, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. “Conhecimento, história, memória, informação estão contidos no Jornalismo como prática social” (p. 7). “Jornalismo ou os media, em geral, estão diretamente ligados à história, à memória de um povo, de uma sociedade” (p. 8). Também relaciona memória e informação, com base em Silva (2003). Além dos autores destacados, cita Barbosa (1996), Botelho (1985), Castells (1999), D’Aléssio (1993), Dizerd (2000), Echeverria (2009), Foer (2007) e Fragoso (2008).
	Sentidos predominantes	HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO
7	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Catroga (Sócio antropológico) Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Nora (Histórico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico) Ricoeur (Filosófico)
	Comentários	Com base em Le Goff (2003) relaciona memória e história (p. 61). Também admite a tríade “informação-memória-história” ao trazer o pressuposto de Le Goff para a contemporaneidade. Apresenta o conceito de memória com base em Azevedo Netto (2007). Ao falar de esquecimento, cita Carelli e Pickler (2008). Fala de memória digital citando Lèvy (1993). Menciona memória artificial e a subdivide em memória eletrônica e digital. Contextualiza essa memória sob o aspecto histórico. O autor chega à memória artificial por entender que se trata de uma ferramenta útil para preservar a memória etnicorracial.
	Sentidos predominantes	HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO
8	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Nora (Histórico) Pollak (Histórico)
	Comentários	No trabalho, a memória é abordada como fenômeno social e construção derivada das relações sociais, mais especificamente a memória coletiva. Faz uma breve contextualização histórico-filosófica sobre a memória, mencionando Mnemósine, a deusa da memória.

		Assevera que irá se basear em Halbwachs, Pollak, Nora e Le Goff para compreender a memória para além do senso comum, propondo uma triangulação da perspectiva dos referidos autores sobre o tema. A concepção de memória admitida no trabalho tem base em Halbwachs e Pollak. Apresenta, ainda, um paralelo entre memória e história. Cita, ainda, Bosi (2001), Galindo (2005), Kessel (2008), Meneses (1992), Ribeiro (2005), Rosário (2002) e Teles (2001).
	Sentidos predominantes	HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO
9	Autores selecionados da dissertação	Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Nora (Histórico) Ricoeur (Filosófico)
	Comentários	Ao falar sobre a construção da memória e o acesso à informação, menciona os “lugares de memória” de Nora (1984) e ressalta que seu trabalho será centralizado nos arquivos. Não se verificou um conceito específico para memória, tendo esclarecido que o verbete pode ser inserido em vários campos do conhecimento: “Em nossa análise, não nos atemos aos inúmeros conceitos que o verbete ‘memória’ adquire e de que se reveste, atualmente, nos mais variados campos do conhecimento: Psiquiatria, Ciências Sociais, História, Ciência da Informação, Biologia, entre outros. De acordo com os nossos objetivos, optamos por abordar tal conceito no âmbito da Filosofia, da História, da Sociologia e da própria Ciência da Informação, para balizá-la” (p. 48). Contudo, apoia-se em Le Goff (2003), Halbwachs (2006) e Ricoeur (2007) para conceituar memória. Cita, ainda, Ferreira (1995), Jardim (1995), Meneses (1999), Robredo (2004) e Silva (2007).
	Sentidos predominantes	FILOSÓFICO HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO
10	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Catropa (Sócio antropológico) Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Nora (Histórico)
	Comentários	Apresenta o paralelo memória-história. Ressalta que o estudo da memória ganhou força a partir do século XIX e assevera que estudar memória é uma forma de resistir ao “apagamento, extinção e desvalorização de culturas, valores e costumes pertencentes a um determinado povo” (p. 39). Cita as bibliotecas, arquivos e museus, “lugares de memória” de Pierre Nora (1993). Cita Halbwachs (2006) para afirmar que a memória é uma construção social.

	Sentidos predominantes	HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO
11	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Burke (Histórico) Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico) Pollak (Histórico) Ricoeur (Filosófico)
	Comentários	Ao falar sobre memória, museu e ciência da informação, a autora salienta que a CI ainda se encontra em fase de construção. Afirma que “Estudar a memória no homem, então, não é estudar uma ‘função mnemônica isolada’, mas é estudar os meios, os modos, os recursos criados coletivamente no processo de produção, apropriação e produção da informação, cultura e construção de identidades” (p. 35). Abre uma seção cujo título relaciona memória e história e cita Olick e Robbins (1998), que estudam memória social. (p. 42) Mais adiante relaciona informação e memória. (p. 42). Conceitua memória com base em Halbwachs (2006): “A memória [...] reflete uma função de imagem do passado que, ao ser compartilhada, promove um laço de filiação, entre os membros de um grupo com base no passado coletivo, conferindo-lhe uma visão de imutabilidade, ao mesmo tempo em que cristaliza os valores e as acepções dominantes do grupo ao qual as memórias se referem” (p. 43). “A memória, portanto, se constitui, seja ela individual ou coletiva, a partir do presente, dialogando sempre com os objetos que recortamos para analisar a condição do conhecimento materializado na contemporaneidade. Nesta perspectiva, a informação entre em contexto e vai ao encontro dos aspectos materiais e imateriais dos objetos construídos pela sociedade”. (p. 45) Relaciona história e memória com base em Ricoeur (p. 54). Ao relacionar memória e filosofia, conta a história de Mnemosine. “O papel da memória não é apenas o de simples reconhecimento de conteúdos passados, mas um efetivo reviver que leva em si todo ou parte deste passado. É o de fazer aparecer novamente as coisas que desaparecem”. (p. 59). A autora conceitua memória ao afirmar que “[...] a construção da memória está intimamente relacionada com as transformações que o presente lhe confere na reelaboração do passado. A memória é, portanto, a possibilidade de (re)elaboração e (re)interpretação do passado. Memória é uma representação do que foi lembrado” (p. 70). Outros autores citados: Barrenechea (2005), Bosi (1994), Diehl (2002), Dobedei (2010), Fares (2008), Feitosa (1998), Gondar e Dobedei (2002), Hall (2006), Heller (1993), Hobsbawm (1998),

		Jeudy (1990), Lévy (1993) <i>apud</i> Lopes e Kunz (2002), Olick e Robbins (1998), Pêcheux (1999) <i>apud</i> Orlandi (2010), Peralta (2007), Petersen (2006), Rosário (2002), Silva (2002), Souza (2011) e Vernant (1973).
	Sentidos predominantes	HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO
12	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Candau (Sócio antropológico) Catroga (Sócio antropológico) Chartier (Histórico) Halbwachs (Sócio antropológico) Nora (Histórico) Oliveira (Sócio antropológico)
	Comentários	Trabalha com o trinômio informação-memória-identidade, que encabeça uma seção do trabalho (p. 25). Busca refletir sobre memória, história, identidade e imaginário. Relaciona história e memória com base em Chartier (2009) (p. 25). Baseia-se em Catroga (2001) para comentar sobre a função social da memória. O conceito de memória citado pela autora é de Nora (1993) <i>apud</i> Ribeiro (2000): “Um processo vivido, conduzido por grupos vivos, em permanente evolução e suscetível a todas as manipulações, e aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Estabelece a relação entre memória, cultura material e patrimônio (p. 34). Outros autores citados: Aquino (2009), Hall (2000), Jardim (1995), Marin (1981), Pinheiro (2005), Revel (1996), Ribeiro (2000), Ricoeur (2000), Shannon e Weaver (1975), Silva (2006), Solla Price (1976) e Toribio (2006).
	Sentido predominante	SÓCIO ANTROPOLÓGICO
13	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Catroga (Sócio antropológico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico)
	Comentários	Relaciona memória e informação (p. 21). “O tempo, o espaço e o movimento são variáveis que fazem parte também da memória” (p. 26). Apresenta distinções entre memória e história, com base em Ribeiro e Silveira (p. 27). “Com base em Silveira (1996, p. 13) entendemos que a memória é uma ciência que possui uma multiplicidade de objetos de estudo, entre esses, a memória” (p. 28). Outros autores citados: Diehl (2002), Enne (2004), Fragoso (2009), Pereira (1999), Ribeiro (1993), Silveira (1996), Von Simson (2007 e 2009).
	Sentido predominante	SÓCIO ANTROPOLÓGICO
14	Autores	Azevedo Netto (Sócio antropológico)

	selecionados da dissertação	Catroga (Sócio antropológico) Chartier (Histórico) Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico) Pollak (Histórico)
	Comentários	Apresenta o conceito de memória com base em vários autores consagrados, tais como Le Goff (1996), Catroga (2001) e Nora (1996). Nas relações da memória, agrega memória e história com base em Chartier (2009) (p. 42) e memória e identidade em Pollak (1992) (p. 43) e em Meneses (2002) (p. 44). “Afirma-se que a memória é um fenômeno construído socialmente e individualmente, seletivo e impossível de total recuperabilidade. Com uma forte característica de mutabilidade e transitoriedade, ou melhor, de variabilidade. Portanto, memória é representação e é também uma atualização, ou melhor, uma presentificação do passado”. (p. 43) O museu aparece na dissertação como uma instituição-memória, que consiste em um tipo de instituição que trata da preservação e difusão do patrimônio cultural. (p. 47) Outros autores citados: Castro (2000), Chagas (2002), Cury (2006), Diehl (2006), Dobedei (1997), Fragoso (2008), Gonçalves (2004), Hall (2006), Julião (2006), Meneses (1997 e 2002), Morais (2001), Oliveira e Rodrigues (2008) e Ribeiro (2000).
	Sentidos predominantes	HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO
15	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Halbwachs (Sócio antropológico) Nora (Histórico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico) Pollak (Histórico) Ricoeur (Filosófico)
	Comentários	A memória não foi o centro de estudo desse trabalho, tendo passagem somente em uma breve seção da estrutura total da dissertação, que dedicou cinco páginas ao tema. O conceito utilizado para memória foi o de Nora (1993): “A memória pode ser vista não só como lugar de guardar dados mnemônicos, mas, sobretudo, como uma capacidade de (re)significação das coisas e de si mesmo” (p. 24). Com Ricoeur (2007), associou memória e história.
	Sentido predominante	SÓCIO ANTROPOLÓGICO
16	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Catroga (Sócio antropológico) Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Oliveira (Sócio antropológico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico)

		Ricoeur (Filosófico)
	Comentários	Dedica um capítulo à memória, relacionando-a à fotografia e à representação. No referido capítulo, menciona as dimensões filosófica e metafísica da memória e cita Platão e Aristóteles como filósofos que investigaram essas relações. Com base em Ricoeur (2007), comenta sobre memória conceituando evocação, que é o aparecimento atual de uma lembrança. (p. 48) Associa memória e lembrança com base em Halbwachs (2006): “A memória, por outro lado, é um fenômeno coletivo e tão plural quanto a lembrança, não havendo apenas uma, mas muitas memórias, tantas quanto for o número de grupos aos quais cada indivíduo fizer parte”. (p. 49) Para tratar de imagem e memória, apoia-se em Ricoeur (2007): “A memória se faz presente através da imagem” (p. 55). Outros autores citados: Abreu (2009), Aumont (2010), Barrenechea (2009), Barthes (1984), Bourdieu (2009), Diehl (2002), Gondar (2009), Kossoy (2005), Moraes (2009), Simson (2005), Sontag (2006) e Yates (2007).
	Sentido predominante	SÓCIO ANTROPOLÓGICO
17	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Nora (Histórico) Oliveira (Sócio antropológico) Ricoeur (Filosófico)
	Comentários	Com base em Barros (2005) conceitua memória: “Memória é a aquisição, o armazenamento e a evocação de informações” (p. 39). Outro conceito de memória apresentado é o de Monteiro e Pickler (2008): “Pode ser entendida como a História, a tradição, a cultura de um povo ou, ainda, como memória coletiva, aquela que ultrapassa a memória individual e biológica de um indivíduo por ser a memória de uma sociedade” (p. 39-40). Outros autores citados: Achard (1999), Barros (2005), Hubner, Paese e Guivant (2011) e Monteiro e Pickler (2008).
	Sentido predominante	SÓCIO ANTROPOLÓGICO
18	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Nora (Histórico) Oliveira (Sócio antropológico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico) Ricoeur (Filosófico)
	Comentários	Com base em Oliveira e Rodrigues (2008), afirma que, no contexto da CI, a memória se configura em um fenômeno social (p. 30). Conceito de memória por Azevedo Netto (2008): “[...] conjunto

		de eventos, personagens e fatos, que por meio da sua existência no passado, possui experiências consistentes na relação estabelecida entre o presente e o passado; ou seja, contextualizada, e mediada pela experiência. Acreditamos que a ideia de memória está diretamente ligada ao conceito de identidades, este se relaciona essencialmente com a classificação, ou modo de categorização utilizado por grupos sociais, para manter e firmar uma distinção cultural, resultando numa interação” (p. 31). “Ciência da informação, memória e representação se aproximam, então, para ampliar, dar visibilidade e recuperar narrativas e quaisquer outros tipos de informação, que possuam no passado um referencial a ser apresentado” (p. 39) Outros autores citados: Bourdieu (2009), Diehl (2002), Dobedei (1997), Foucault (1981), Murguia (2010) e Oliveira e Rodrigues (2008).
	Sentido predominante	SÓCIO ANTROPOLÓGICO
19	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Burke (Histórico) Catropa (Sócio antropológico) Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Nora (Histórico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico) Pollak (Histórico) Ricoeur (Filosófico)
	Comentários	Conceito de memória por Ricoeur (2007): “[...] acreditamos na concepção da memória como um elemento de coletividade instituído de sentido e respaldado pelo invólucro do tempo”. (p. 32). Ressalta que o esquecimento é uma condição indispensável à construção da memória. A memória só existe porque há esquecimento. Dobedei (2010). (p. 33) Associa história e memória: “Ricoeur afirma que a memória possibilita ao historiador a escrita da história e tem por finalidade a ação social”. (RICOEUR, 2007). (p. 39). [...] “a memória apesar de servir a história tem a sua própria lógica, não sendo, portanto, reduzida a esta ciência” (p. 40). Nora (1993) – História e memória: “[...] memória e história são duas operações distintas apesar de apoiarem-se mutuamente” (p. 40). Relaciona memória e cultura com base em Simson (2007), memória, identidade e cultura com base em Fragoso (2008) e memória e patrimônio com base em Catropa (2001). Outros autores citados: Diehl (2002), Dobedei (2010), Hall (2006), Jeudy (2005), Monteiro, Carelli e Pickler (2008), Murguia (2010) e Simson (2007).
	Sentidos predominantes	HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO

20	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Nora (Histórico) Oliveira (Sócio antropológico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico)
	Comentários	Selecionou algumas publicações da Editora da UFRN para analisar e, com isso, resgatar a memória da editora. Contudo, no que concerne a este trabalho, não tratou a memória na perspectiva que se esperava. Não há conceito para memória e os autores destacados foram citados em circunstâncias que não remetem ao entendimento de memória que aqui se busca. A autora se refere à importância da guarda adequada das publicações, como forma de preservar a memória da editora. Outros autores citados: Jardim (1995), Martins (1986), Meneses (1999) e Santo Agostinho (2008).
	Sentido predominante	SÓCIO ANTROPOLÓGICO
21	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Nora (Histórico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico) Ricoeur (Filosófico)
	Comentários	Cita as taxionomias dos abusos da memória (Ricoeur, 2007): memória impedida, memória manipulada, memória obrigada (p. 71). Menciona os lugares de memória de Pierre Nora (1993) (p. 73). Aponta que somente a reflexão em torno das potencialidades históricas e sociais inerentes às unidades de informação como gestoras de informação é possível preservar a memória étnico-racial. (p. 73)
	Sentidos predominantes	HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO
22	Autores selecionados da dissertação	Chartier (Histórico) Halbwachs (Sócio antropológico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico) Pollak (Histórico)
	Comentários	Inicia a seção “Bibliotecas como lugares de memória” dissertando sobre as bibliotecas, sua razão de existir, função e importância, até chegar nas bibliotecas universitárias, que é onde se encontra o objeto de pesquisa da autora, qual seja, a representação da informação étnico-racial no OPAC da biblioteca central da UFPB. Apesar do título, nada contém referente a memória. Na seção “Informação étnico-racial para preservação da memória africana e afrodescendente” conceitua memória a partir de Oliveira e Azevedo Netto (2007): “é um conjunto de eventos, fatos, personagens que, através de sua existência do passado, possui experiências consistentes para o

		estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado, quer imediato ou remoto” (p. 53) e de Oliveira e Rodrigues (2009): “capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-las às novas gerações através de diferentes registros (sonoros, imagéticos, textuais...), devido a um conjunto de funções psíquicas” (p. 53). Outros autores citados: Castro (2005), Cunha (2009), Oliveira e Rodrigues (2009), Orlandi (1988) e Ribeiro (2012).
	Sentidos predominantes	HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO
23	Autores selecionados da dissertação	Não citou nenhum dos autores previamente escolhidos para compor esta lista.
	Comentários	Inicia a seção “Memória dos estudos de usuários da informação” comentando sobre estudo de usuários. Mantém-se na mesma linha e não comenta nada sobre memória nem cita autores relacionados aos estudos desse tema. Autores citados: Araújo (2008), Cunha (1982), Figueiredo (1994), Gasque e Costa (2010) e Pinheiro (1982).
	Sentido predominante	-
24	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Halbwachs (Sócio antropológico) Nora (Histórico) Pollak (Histórico) Ricoeur (Filosófico)
	Comentários	Na seção “Narrativas epistolares: memórias registradas” cita os lugares de memória de Nora (p. 133). Apresenta cartas de crianças e comenta seus sentimentos com base em Halbwachs (2006) e Ricoeur (2007). Outros autores citados: Dobedei (2006), Proust (2008), Santos (2009), Schmidt e Mahfoud (1990).
	Sentido predominante	HISTÓRICO
25	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Chauí (Filosófico) Halbwachs (Sócio antropológico) Le Goff (Histórico) Nora (Histórico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico) Ricoeur (Filosófico)
	Comentários	“Memória, preservação e patrimônio cultural”: começa conceituando memória à luz da antropologia, ao associá-la à capacidade humana de reter informações relacionadas a experiências vividas. Em seguida, assume a memória como sendo uma entidade em constante mutação e finaliza com Chauí, afirmando que memória é a conservação de uma lembrança (p. 19). Cita os “lugares de memória” de Nora (p. 20) para relacionar história e memória. Fala em “materialidade do registro” a partir

		dos documentos armazenados. Mais adiante, especifica os lugares de memória: museus, bibliotecas, arquivos e centros de documentação (p. 21). “As memórias são meios de acesso à história” (p. 46). Na seção “Vale do Gramame: história e preservação da memória”: mais uma vez o relato está diretamente relacionado à história local. Nessa seção, o Rio Gramame tem sua memória retratada na própria história. “Lugares de memória: identificação e mapeamento dos bens culturais”: Ao comentar os lugares de memória da comunidade, o autor recorre à pesquisa de campo com registro fotográfico. “Lugares de memória do mituaçu” (Idem): Pesquisa de campo e referências trazidas pelos moradores da comunidade. Outros autores citados: Bittencourt (2008), Montenegro (1994).
	Sentidos predominantes	FILOSÓFICO HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO
26	Autores selecionados da dissertação	Azevedo Netto (Sócio antropológico) Candau (Sócio antropológico) Chartier (Histórico) Halbwachs (Sócio antropológico) Nora (Histórico) Oliveira e Azevedo Netto (Sócio antropológico) Ricoeur (Filosófico)
	Comentários	Conceito de memória com base em Oliveira e Azevedo Netto (2007): “conjunto de artefatos, fatos com os personagens que, através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado, quer imediato, quer remoto” (p. 19) Apresenta o paralelo entre memória e informação (p. 28) e a dualidade entre a realidade do espírito e a realidade da matéria, que estabelece relações com a memória, com base em Bergson (p. 28). “Acervo e memória da escola viva olho do tempo (EVOT) Vale do Gramame/PB”: Neste capítulo (p. 70 e ss) é contada a história da escola, seguida por sua área de atuação, projetos, acervo, estrutura etc. A memória em si não foi abordada. Outros autores citados: Bergson (2010), Bergson (2010) Loureiro, Furtado e Silva (2007) e Santaella e Nöth (2008).
	Sentidos predominantes	HISTÓRICO SÓCIO ANTROPOLÓGICO

Fonte: A autora (2015)

A análise de 26 (vinte e seis) dissertações resultou na predominância de mais de um sentido de memória, a considerar as respostas a partir da análise dos autores citados pelos discentes. Assim sendo, percebeu-se a predominância do sentido sócio antropológico, seguido do sentido histórico de memória, levando à conclusão de que a CI, pelo menos no âmbito da UFPB, estaria em uma fase de transição, afastando-se do sentido histórico e passando a

assumir um posicionamento mais ligado à sócio antropologia. Em outras palavras, estaríamos em um momento de transformação, onde notamos um novo desenho, de onde o sentido sócio antropológico começa a apresentar maior força sobre o histórico.

A nós cabe refletir sobre algumas questões, mas, antes de procedermos, vale pontuar que, de todo o *corpus* analisado, dois trabalhos escaparam ao aprofundamento da temática em questão, deixando a memória ficar restrita ao título de um capítulo ou seção.

Em nossas reflexões, deduzimos, num primeiro momento, que, embora a CI ainda não possua um conceito próprio para memória, uma vez que todos os conceitos apresentados tiveram aporte em teóricos de áreas afins, começa a configurar um perfil próprio, do qual esse conceito deve advir com mais independência após um determinado espaço temporal.

No que concerne à afinidade ainda existente com a história, outra reflexão que se pode fazer é que talvez não seja de todo mal recorrer à referida área para buscar os subsídios teóricos de que talvez ainda precisemos por algum tempo. Ao contrário, por se tratar de um ramo do conhecimento antigo, reconhecido e necessário, possui inúmeras possibilidades de nos auxiliar.

Embora não seja unânime o entendimento sobre a interdisciplinaridade da CI, tão debatida nas rodas de estudiosos da área, pode ser uma resposta para a ocorrência de citações que a seguir será demonstrada. O caráter interdisciplinar da CI não é visto consensualmente por todos os que estudam essa área. Existem pesquisadores que a veem como tal devido ao fato de a informação ser o objeto de estudo da CI e, assim sendo, encontrar-se embutida em todos os ramos do conhecimento. O certo é que o aporte teórico da CI ainda carece de muito aprimoramento e identidade.

Com relação à existência ou não do caráter interdisciplinar da CI, citamos uma pesquisa feita sobre o tema, onde foram levantados vários autores e seus respectivos entendimentos acerca dele, partindo-se da informação como referencial e suas intercorrências e transformações como elementos determinantes para afirmar ou negar tal caráter de interdisciplinaridade.

Trata-se da pesquisa de Fernandes e Cendón (2009), que investigaram o fenômeno de forma quantitativa para, ao final, chegar a uma conclusão. A metodologia adotada na pesquisa dos autores contou com duas etapas, onde a primeira analisou 433 periódicos citados nas bibliografias pesquisadas com base na divisão do conhecimento pela tabela do CNPq. Nas CCSA foram identificadas as subáreas a que pertenciam. A segunda etapa identificou 316 periódicos da área de CI assinados pelo Portal CAPES.

No texto, as visões sobre a interdisciplinaridade da CI foram divididas em três grupos de autores, além de um quarto grupo, que não concorda com a existência desse atributo ou, pelo menos, não da forma como vem sendo dissecado pelos demais:

1. A CI seria interdisciplinar devido à sua carência de teorias.
2. A CI é interdisciplinar pela natureza do seu objeto de estudo, que é a informação.
3. A interdisciplinaridade só existe quando as duas áreas são modificadas.
4. Não existe interdisciplinaridade na CI ou, pelo menos, não da forma como vem sendo proposta.

Retomando a citação ao trabalho de Câmara (2014, p. 5.121), em suas considerações finais, ele deduz que:

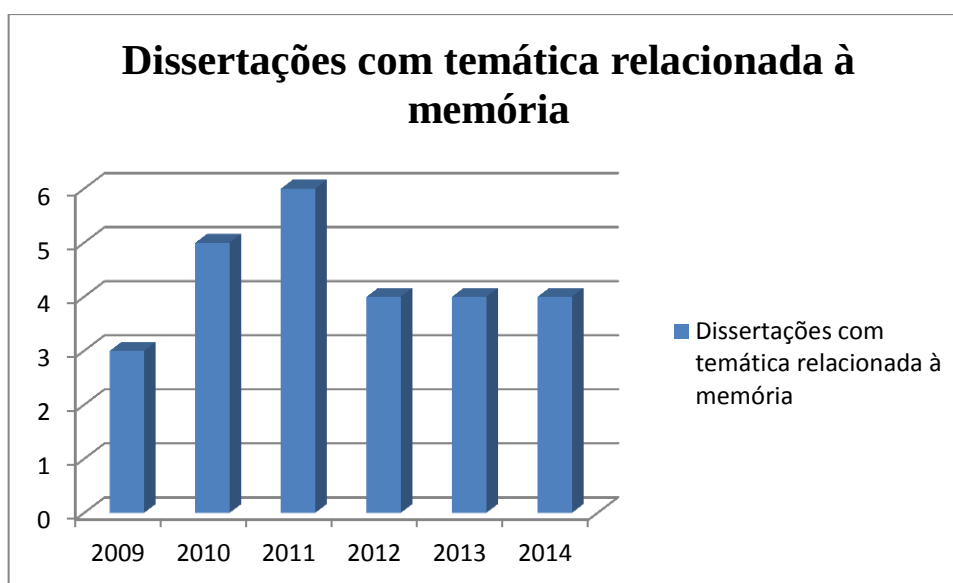
A evidência da memória quanto à sua interdisciplinaridade na CI é perceptível ao perceber-se que as disciplinas ensinam o tema em contextos específicos que as diferem umas das outras. [...]. O historiador Jacques Le Goff e o sociólogo Maurice Halbwachs são os autores mais influentes no ensino do tema na área, pois são os mais frequentes nas bibliografias. [...].

A menção a essa pesquisa teve a pretensão de demonstrar que, na prática, em termos de memória, muito ainda há que ser determinado para construir um escopo próprio. Ainda bebemos na fonte de áreas afins, no afã de consolidar nossas próprias teorias e ideologias, o que não nos impede, no entanto, de avançar com uma construção própria, a partir de um determinado ponto.

4.3 REFERENCIAIS TEÓRICOS PRESENTES NAS DISSERTAÇÕES

Com base no número de dissertações que apresentam estudos sobre a memória, no intervalo entre os anos de 2009 e 2014, é possível afirmar, pelo menos no que diz respeito ao PPGCI/UFPB, que há um equilíbrio numérico de trabalhos que abordam o tema em questão, conforme é possível verificar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Dissertações com temática relacionada à memória



Fonte: BDTD/UFPB (2014)

Os três últimos anos demonstram um equilíbrio em trabalhos sobre o tema, ao contrário dos três primeiros, que apresentaram uma ascensão mais pronunciada. Contudo, é importante pontuar que, ainda assim, os números mostram que as dissertações que abordam, direta ou indiretamente, temas relacionados à memória, mantêm uma linha equilibrada que, por sua vez, não encontra nenhum obstáculo para que cresça mais nos próximos anos.

Outra comparação relevante para refletirmos sobre o assunto é comparar o número de dissertações defendidas por ano com o total de trabalhos que versem sobre memória. A partir desse raciocínio, elaboramos o seguinte quadro:

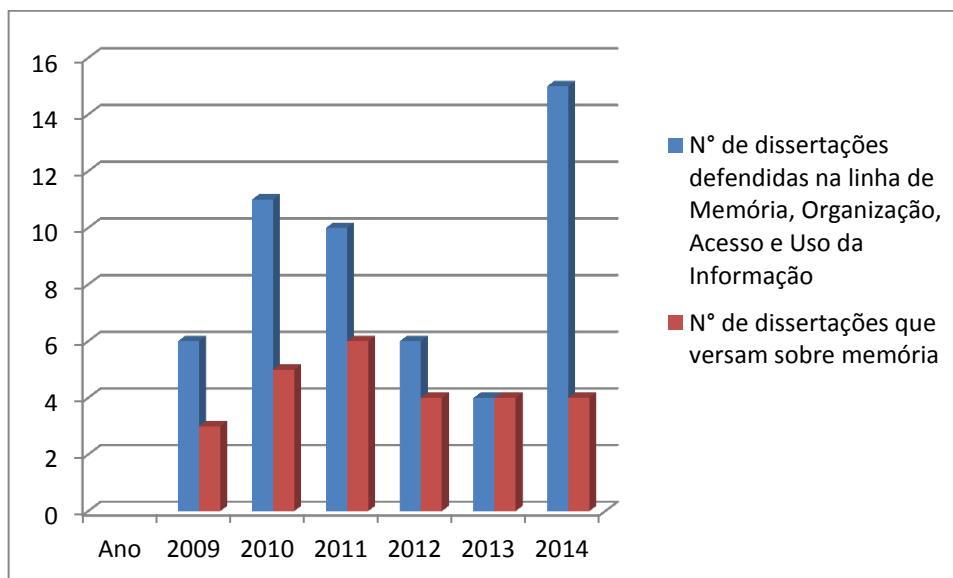
Quadro 13 – Paralelo entre dissertações defendidas por linha e por tema

Ano	Nº de dissertações defendidas na linha de Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação	Nº de dissertações que versam sobre memória
2009	6	3
2010	11	5
2011	10	6
2012	6	4
2013	4	4
2014	15	4

Fonte: BDTD/UFPB

Quando traduzimos o Quadro 13 para o formato de gráfico, é possível visualizar melhor esse paralelo:

Gráfico 2 – Paralelo entre dissertações defendidas por linha e por tema



Fonte: BDTD/UFPB (2014)

Se observados os números de dissertações defendidas na linha de Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação *versus* o número de trabalhos que apresentaram pesquisas na área de memória, percebe-se que esse número é consideravelmente elevado, equilibrando-se numericamente por volta dos 50% (cinquenta por cento) de incidência.

No que concerne aos autores, em nossa investigação, concluímos que, quando se trata de memória, os mais citados pelos pesquisadores são:

Quadro 14 – Autores citados nas dissertações

	AUTOR (Organizado por frequência de citação)	OCORRÊNCIA DE CITAÇÕES
1	AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de	21
2	HALBWACHS, Maurice	19
3	NORA, Pierre	16
4	LE GOFF, Jacques	15
5	OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de	14
6	RICOEUR, Paul	12
7	CATROGA, Fernando	9
8	POLLAK, Michael	7
9	OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de	5
10	CHARTIER, Roger	4

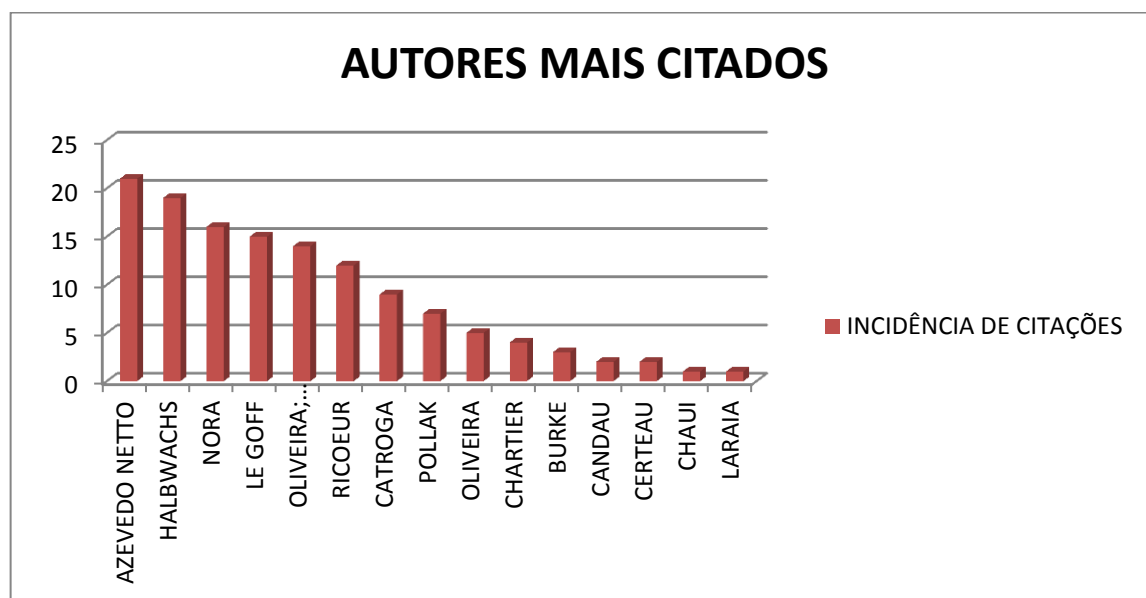
11	BURKE, Peter	3
12	CANDAU, Joël	2
13	CERTEAU, Michel de	2
14	CHAUI, Marilena	1
15	LARAIA, Roque de Barros	1

Fonte: A autora (2015)

Foi omitido o ano de publicação das obras dos autores citados, uma vez que queríamos enfatizar a autoria e não o período cronológico das referências, até porque a época em que os trabalhos foram publicados, para os fins desta pesquisa, é irrelevante, devendo ser considerado o valor que os autores das dissertações atribuíram a cada autor citado.

Se traduzidas para um gráfico, é possível visualizar com maior clareza a reincidência de citações por autor, conforme o que se vê no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Incidência de citação por autor



Fonte: A autora (2015)

O *corpus* que utilizamos designa uma amostra que confirma o que se vê em âmbito nacional, a exemplo do trabalho de Câmara (2014), cujos resultados são similares ao que obtivemos no PPGCI/UFPB.

Em outras palavras, com exceção de Pierre Nora, que foi o terceiro autor mais citado nas dissertações que pesquisamos, tal qual o resultado da pesquisa de Câmara (2014), nós também pudemos constatar os nomes de Halbwachs e Le Goff como os mais influentes quando se trata de estudos sobre a memória na CI. Além deles, o nome de Azevedo Netto foi citado em 21 dissertações.

Sobre Azevedo Netto, vale ressaltar que, em decorrência da alta incidência da citação de seu nome nas dissertações, optamos por distingui-lo da citação de trabalho realizado em co-autoria, no caso, com a profa. Bernardina Oliveira, por entendermos que se trata de objetivos (de citação) distintos.

Voltando à interpretação dos resultados, é possível afirmar que o sentido de memória que predomina, mesmo nas pesquisas realizadas no âmbito da Ciência da Informação, é o histórico, ou seja, ainda é muito prevalente a constatação da relação existente entre memória e história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa científica, ao ser concluída, requer que sejam feitas reflexões sobre a sua construção e os resultados que alcançou, independentemente da conversão ou não para aquilo que se estimou, antes de serem iniciados os levantamentos e as primeiras deduções.

Neste trabalho aferiu-se, em um primeiro momento, que a memória talvez não fosse tema tão reincidente ou mesmo que despertasse o interesse de tantos estudantes de pós-graduação em CI. No entanto, verificou-se que, das dissertações defendidas na linha de Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação pelo PPGCI/UFPB, aproximadamente metade versou sobre o tema, em todos os anos, desde que foram defendidos os primeiros trabalhos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Percebeu-se, ainda, que o autor mais citado pelos discentes, além dos renomados Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Jacques Le Goff, foi Carlos Xavier de Azevedo Netto, professor doutor do PPGCI/UFPB. Isso denota não só o reconhecimento aos estudos do professor sobre essa temática, como também um indício de que a CI se desenvolve nacional e regionalmente e, mais que isso, renova-se, não mais dependendo exclusivamente de nomes clássicos para se firmar.

Não há, aqui, a intenção de valorar um autor em detrimento do outro, mas de reconhecer que, embora existam estudiosos há muito tempo citados pelo seu indiscutível valor histórico-científico, novos nomes passam a compor essa lista. Nomes estes que, efetivamente, estão produzindo conhecimento útil na área de memória.

Outro dado coletado ao final da pesquisa foi a predominância do sentido sócio antropológico de memória, seguido do sentido histórico. Muito embora tais referenciais tenham sido convencionados por nós, essa escolha foi baseada a partir da observação dos autores citados pelos discentes (quando estavam a dissertar sobre memória), bem como do conteúdo do texto por eles construído, que pendia sempre para essa área, com quem a CI se afina teoricamente.

A partir do exposto, foi possível concluir que, pelo menos na realidade do PPGCI/UFPB, a memória não só tem sido tema de pesquisa reincidente nas dissertações do Programa, como tem peso relevante e considerável, a comparar com a proporção entre o volume total de trabalhos defendidos por ano e aqueles que abordam a temática em questão.

Felizmente, percebe-se que tais estudos começam a se direcionar para a construção de um conceito próprio da CI, a partir da verificação sobre a predominância do sentido sócio antropológico sobre o histórico. O fato de haver uma linha de pesquisa que propicie estudos

dessa ordem, bem como a reciprocidade no interesse por parte dos discentes, faz com que se acredite firmemente nessa construção.

A memória é fruto de uma evolução social. Desde que o homem se compreende como um ser social, deposita na memória o entendimento sobre si mesmo. Na memória repousa o consolo de saber que, mesmo depois de decorrido determinado tempo, é possível relembrar épocas passadas e, com elas, evocar situações vividas, sejam elas prazerosas ou não; é possível viabilizar uma viagem pelo tempo, não raro evocando emoções até então esquecidas.

A memória tem, ainda, o dom de preservar a própria história e, com ela, promover a compreensão de muitos porquês. Os documentos, as paredes de um antigo casarão ou a voz de uma pessoa idosa são veículos diretos para um passado que, ainda que não possa ser perfeitamente remontado, tem o poder de trazer à tona um conhecimento que ultrapassa os limites do espaço e do tempo.

Gostaríamos de ressaltar que a memória na Ciência da Informação ainda pode (e deve) se aprofundar mais, no sentido de consolidar uma identidade científica própria. Isso não implica, necessariamente, em uma separação total da história, área com quem essa temática ainda guarda alguma intimidade, mas é importante começarmos a avançar por um caminho próprio, que consiga formar uma CI mais independente e autônoma.

Ainda há tempo para isso. Em termos históricos, somos ainda uma área muito jovem. É sabido que a CI começou a dar os primeiros passos na primeira metade do século XX, fato este que ainda não contabilizou nem mesmo um século. Em outras palavras, pode-se arriscar o palpite de que não há motivo para pressa. Contudo, deve-se conservar acesa a chama das inquietações e curiosidades inerentes aos pesquisadores e o fôlego para manter constante esse percurso (de busca) incessante, que permita um contínuo fortalecer da Ciência da Informação, seja nos estudos sobre memória, temas étnico-raciais, educacionais, políticos ou quaisquer outros pelos quais essa ampla ciência parece percorrer tão bem.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Breno Rodrigo de Oliveira. O que é antropologia? **Revista Ensaios: Extensões**, Niterói, v. 1, n. 5, p.70-72, 2011. Anual. Texto traduzido do livro "Anthropology and modern life", de Franz Boas. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ensaios/article/view/318/562>>. Acesso em: 30 set. 2014.
- ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB – 2008 a 2012. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, p. 79-100, Número Especial 2012.
- ANDRADE, Maria Eugênia Albino; OLIVEIRA, Marlene de. A Ciência da Informação no Brasil. In: OLIVEIRA, Marlene de. (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. cap. 3, p. 45-60.
- ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah Santiago. Produção de trabalhos científicos em eventos nacionais da área de ciência da informação. In: HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; MUGNAINI, Rogério; HAYASHI, Carlos Roberto Massao (Orgs.). **Bibliometria e cientometria: metodologias e aplicações**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 89-104.
- ARISTÓTELES. **Parva naturalia**. São Paulo: EDIPRO, 2012. (Série Aristóteles. Clássicos Edipro).
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ANCIB (João Pessoa). **GT 10: informação e memória**. 2014. Disponível em: <<http://gtancib.fci.unb.br/index.php/gt-10>>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não; O espírito científico; A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- BRASIL. **Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ, 15 abr. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 set. 2014.
- BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CÂMARA, Rafael Silva da. Ensino da memória na Ciência da Informação: um olhar sobre as disciplinas e bibliografias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais do ENANCIB: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação**. Belo Horizonte: Eci/ufmg, 2014. p. 5116-5122. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt10>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Encontros científicos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. (Aprender). cap. 4, p. 55-71.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CASTRO, Fabiano dos Santos; LANDEIRA-FERNANDEZ, J. Alma, mente e cérebro na Pré-história e nas Primeiras Civilizações Humanas. **Psicologia: reflexão e crítica**, abr. 2010, v. 23, n.1, p. 141-152.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. 1. ed. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

_____. **Boas-vindas à Filosofia**. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Filosofias: o prazer do pensar). Coleção dirigida por Marilena Chauí e Juvenal Savian Filho.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DURKHEIM, Émile. **As regras do métodos sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FERNANDES, Wesley Rodrigo; CENDÓN, Beatriz Valadares. Ciência da Informação e interdisciplinaridade: análise das áreas de conhecimento correlatas. In: BORGES, Maria Manuel; SANZ CASADO, Elias (Coords.). **A Ciência da Informação criadora de conhecimento**. Coimbra, 2009. v. 1. p. 113-128.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da Língua Portuguesa. 7. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

GAMBOA, Silvio Sánchez. As condições da produção científica em educação: do modelo de áreas de concentração aos desafios das linhas de pesquisa. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 78-93, jun. 2003.

GARCIA, Francisco Antonio. **Acta Scientiarum**, Maringá, ano 23, n. 1, p. 251-255. 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Didática do ensino superior**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, 15(1):31-43, jan./abr., 2003.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História & Historiografia, 5).

HEIDEGGER, Martin. **Introdução à Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric John Ernest; RANGER, Terence Osborn (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Natureza e cultura. In: _____. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982. cap. I, p. 41-49.

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE** – v. 27, n. 2, p. 205-221, maio/ago. 2011.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. (Aprender). cap. 1, p. 21-34.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação**. 2010. 196 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, dez. 2009.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Artefatos como elemento de memória e identidade da cultura popular: um olhar sob a perspectiva da arqueologia social. In: FECHINE, Ingrid; SEVERO, Ione (Orgs.). **Cultura popular: nas teias da memória**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007. p. 27-51.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: _____. (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. cap. 1, p. 9-28.

PARAÍBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Ciência da Informação na UFPB**. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/ppgci/?secao=1&id=1>>. Acesso em: 1 dez. 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRIBERAM INFORMÁTICA (Lisboa). **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/dicion%C3%A1rio>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Antropologia**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/da/vagner/antropo.html>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

SILVA, Terezinha Elizabeth da. 30 anos da pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 29-37, jan./dez. 2009.

SIMÕES, Angélica Clementino. **Os estudos de usuários nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Nordeste**, 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p.1-27, 2000.

Quadrimestral. Disponível em:

<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 13 set. 2014.